

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

10,0

**O MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE
DO NORTE EM 1963**

WELLINGTON DANTAS DO NASCIMENTO

Natal/RN

2004

WELLINGTON DANTAS DO NASCIMENTO

**O MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO
NORTE EM 1963**

Monografia apresentada à disciplina de
Pesquisa Histórica II do Curso de
História da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte, sob a orientação do
Professor Almir de Carvalho Bueno.

NATAL/RN
2004

Dedico este trabalho aos meus pais, à
minha esposa Eliete e às minhas filhas
Elaine e Érica.

A alegria está na luta, na tentativa, no sofrimento envolvido. Não na vitória propriamente dita.

(Mahatma Gandhi)

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Almir de Carvalho Bueno, meu orientador, pelo apoio e dedicação no acompanhamento da pesquisa.

À Professora Francisca Aurinete Girão pela orientação sobre as normas técnicas de apresentação da monografia.

Ao Subtenente PM Júlio Ribeiro da Rocha, pela grande contribuição na indicação das fontes primordiais para a pesquisa.

A todos aqueles que, de uma forma ou outra, contribuíram para a concretização desta pesquisa.

Por fim, agradeço a Deus por me conceder força para concluir este trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 MOVIMENTO SOCIAL NO BRASIL E O GOLPE MILITAR DE 1964.....	8
1.1 A crise político social no país.....	8
1.2 Os movimentos militares e a esquerda.....	11
1.3 O complexo IPES/IBAD e a CIA.....	15
2 A POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE NO CONTEXTO HISTÓ- RICO NACIONAL.....	19
2.1 A criação da Polícia Militar do Rio Grande do Norte.....	19
2.2 Antecedentes da atuação da Polícia Militar em movimentos políticos.....	20
2.3 O controle do Exército sobre as Polícias Militares.....	22
2.4 Disciplina e hierarquia – Base institucional da Polícia Militar.....	25
2.5 O contexto histórico no Rio Grande do Norte.....	27
3 A POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE E A GREVE DE 1963.....	31
3.1 A crise na Polícia Militar.....	31
3.2 Aquartelamento da tropa – Greve deflagrada.....	35
3.3 Ocupação do quartel pelo Exército e punição aos grevistas.....	39
CONCLUSÃO.....	47
FONTES.....	49
BIBLIOGRAFIA.....	50
ANEXOS.....	52

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa estudar o movimento reivindicatório da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte que ocorreu no mês de setembro de 1963, num período de grande crise econômica, política e social no Brasil em que o governo João Goulart enfrentava uma série de lutas reivindicatórias das classes trabalhadoras, incluindo operários, funcionários públicos civis e militares, e trabalhadores rurais, cujos movimentos contribuíram para a deflagração do golpe militar no ano seguinte.

O movimento da PMRN foi organizado pela Associação dos Sargentos da corporação, com a adesão imediata dos cabos e soldados e, posteriormente, com o apoio e adesão dos oficiais, que também entraram em greve, tendo todos se instalado no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, situado no bairro do Tirol. Os grevistas reivindicavam melhores salários ao governador do Estado, Aluizio Alves, que por sua vez, solicitou auxílio das Forças Armadas para contornar a situação na Polícia Militar, tendo as forças federais do Exército tomado o quartel da PM, após ameaças de bombardeá-lo.

Analizamos a relação entre esses movimentos e os acontecimentos que antecederam o golpe militar de 1964, dando ênfase à greve da Polícia Militar, procurando fazer uma avaliação dos motivos que levaram à sua deflagração, as conseqüências sofridas pelos policiais militares e seus familiares, o impacto do movimento no interior da Corporação e as providências tomadas pelo governador Aluizio Alves, que chegou a baixar um Decreto, com o objetivo de punir aqueles que praticassem atos subversivos contra o governo estadual.

A base desta pesquisa foi bibliográfica. Consultamos livros e outros escassos textos produzidos em torno da temática, os quais nos deram suporte e nos auxiliaram na busca das fontes consultadas. Utilizamos como fonte de pesquisa alguns jornais de Natal, que circulavam no período estudado, como o “Diário de Natal”, “A Ordem”, este um jornal da Arquidiocese de Natal, que deu muita ênfase ao

movimento da Polícia Militar, apesar do controle do governo do Estado sobre as publicações a respeito da greve da PM nos órgãos de comunicação. Também foram realizadas consultas a documentos publicados nos Boletins Diários da Polícia Militar, bem como a edições do Diário Oficial do Estado, onde eram publicadas as Leis, Decretos e Portarias relacionados com o fato.

A priori, pensou-se em entrevistar pessoas que vivenciaram o fato, principalmente policiais militares que participaram da greve e que, atualmente se encontram aposentados, bem como ex-policiais militares que foram expulsos da corporação em decorrência do movimento, porém isso não foi possível devido à exigüidade de tempo; no entanto, conversas informais com alguns deles serviram para auxiliar na busca de fontes de pesquisa.

O estudo sobre este tema surgiu do interesse pela história da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, uma vez que o tema foi pouco explorado pelos historiadores, e vejo como de grande relevância para a história do Rio Grande do Norte.

Este trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro retrata a crise político-social que o país enfrentou durante o governo de João Goulart, bem como os movimentos reivindicatórios que antecederam o golpe de 1964, dando ênfase aos acontecidos entre militares e o apoio que estes receberam dos partidos de esquerda e instituições que faziam oposição ao governo. O segundo capítulo trata da criação da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, da atuação desta em movimentos políticos no país, do controle exercido pelo Exército sobre as Polícias Militares, principalmente após o golpe militar de 1964, da hierarquia e da disciplina, que são a base institucional das Polícias Militares, e do contexto político local nos primeiros anos da década de 1960. Por fim, o terceiro capítulo aborda o movimento reivindicatório da Polícia Militar do Rio Grande do Norte em 1963, a crise pela qual a corporação passou, a deflagração da greve e o aquartelamento da tropa, a ocupação do Quartel da Polícia Militar pelo Exército e as conseqüências do movimento para a corporação.

1 MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E O GOLPE MILITAR DE 1964

1.1 A crise político-social no país

Jânio Quadros, que governava o Brasil desde 31 de janeiro de 1961, renunciou ao cargo no dia 25 de agosto do mesmo ano, e deveria assumir a presidência da República o Vice-Presidente João Goulart. Como este se encontrava fora do país, o cargo de Presidente da República foi assumido interinamente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli. Enquanto João Goulart não retornava, surgiu forte oposição a sua posse, tanto por parte dos adversários políticos como por setores militares, conforme relata Hélio Silva.¹

Depois de muitos acordos políticos e da reação iniciada no Rio Grande do Sul, conhecida pelo nome de Legalidade, sob o comando do governador Leonel Brizola, foi aprovada no Congresso a emenda constitucional que instituiu no país o sistema parlamentarista, tendo assim no dia 07 de setembro de 1961, João Goulart assumido a presidência da República, transformando-se em Chefe de Estado, posição politicamente secundária, não podendo governar do jeito que gostaria. Já a chefia de governo era encargo do Primeiro-Ministro e do Conselho de Ministros.

O governo parlamentarista assumiu o país com uma situação econômica bastante difícil e com várias questões a resolver: a renegociação da dívida externa; relações com os Estados Unidos; lei de remessa de lucros e dividendos; acordo para os investimentos americanos; relações com os países socialistas; reforma agrária e reforma urbana.²

Em 06 de janeiro de 1963, ocorreu o plebiscito para a escolha da manutenção ou não, do parlamentarismo no país, tendo o mesmo sido rejeitado. No dia 23 de janeiro, a emenda parlamentarista foi revogada e João Goulart reassumiu a presidência da República, readquirindo

¹ SILVA, Hélio. **A fuga de João Goulart: 1962-1963**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 39.

² *Ibid.*, p. 88.

todos os poderes plenos que a Constituição estabelecia para o Presidente da República. No entanto, as crises que o governo enfrentava não diminuíram, cresceram cada vez mais. Goulart recebeu pressão de todos os lados, dos seus opositores, que não lhe davam tréguas, como também de seus aliados, que queriam uma definição sobre as reformas, também reivindicada por parte da sociedade civil.³

A oposição conservadora, civil e militar, bem organizada, com apoio do Instituto de Políticas Econômicas e Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fez ampla campanha contra o governo de João Goulart, acusando-o de ser manobrado pelos comunistas. Diante dos obstáculos impostos pela oposição, Goulart encontrou muita dificuldade para resolver os problemas que o país enfrentava, tanto na área econômica como na área social.

Após a queda do parlamentarismo, em janeiro de 1963, João Goulart procurou colocar em prática um programa de reformas que dava prioridade à reforma agrária; empenhou-se, também, em atender às reivindicações das massas rurais e urbanas. Em março de 1963, o governo apoiou o Estatuto do Trabalhador Rural. Sancionou a Lei 4.214, permitindo o aumento do número de associações sindicais.⁴ Pelo que foi colocado por Hélio Silva, uma das principais preocupações de Goulart era melhorar a condição de vida dos trabalhadores rurais, diminuindo a diferença social entre a classe trabalhadora e a elite, dando mais oportunidades para eles se unirem e poderem lutar pelos seus direitos, e que passassem a ter uma vida mais digna.

As medidas favoráveis aos trabalhadores rurais pretendidas por Goulart não foram bem aceitas por alguns setores da sociedade, “a sua proposta de Reforma Agrária será objeto de intensa e constante oposição por parte dos proprietários rurais e de seus setores políticos, de setores da Igreja Católica, etc”.⁵

³ BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 104.

⁴ SILVA, Hélio. **A fuga de João Goulart**, p. 114-115.

⁵ TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.55.

A crise inflacionária se alastrava, as medidas de caráter nacionalista e popular não eram aprofundadas, o seu governo passou a enfrentar vários movimentos sociais, não conseguindo controlar o movimento operário que passou a se organizar com a formação de “pactos sindicais de luta”. A crise social aumentou, os sindicatos e outras organizações políticas e populares intensificaram os seus movimentos reivindicatórios. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)⁶ ameaçou fazer greve geral para exigir que o Congresso aprovasse as reformas de base. Os conflitos ocorreram também no campo, como em Pernambuco, quando trabalhadores paralisaram pela primeira vez os engenhos de açúcar.⁷ Os militares aproveitando a crise que assolava o país, também participaram de movimentos reivindicatórios, inclusive as Polícias Militares, como foi o caso no Estado do Rio Grande do Norte:

E as lutas de classes refletiram-se no seio das Forças Armadas, onde a questão da inegibilidade fomentou a radicalização política dos sargentos, antagonizados com parte da oficialidade. As tropas da Polícia Militar, em Alagoas e no Rio Grande do Norte, amotinaram-se, reivindicando melhores condições de vida. Os soldados do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara também. A rebeldia contaminou todos os escalões militares⁸ (grifos nossos).

Então nos primeiros anos da década de 60, mais precisamente no governo de João Goulart, ocorreram muitos movimentos sociais pelo país, tanto por questões políticas como por reivindicações salariais e de melhoria de vida para os trabalhadores civis e militares. As questões políticas deixaram de ficar restritas apenas ao âmbito parlamentar e da elite, passaram também a ser analisadas e questionadas de forma intensa nas fábricas, no campo e nos quartéis.

No país não houve crescimento econômico, por outro lado a inflação aumentou assustadoramente e causou o descontentamento generalizado de toda a sociedade. Só para se ter uma

⁶ O CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) foi criado em 1962, a partir do Comando Geral de Greve, que tinha a frente lideranças comunistas e trabalhistas que apoiavam o governo de Goulart. O CGT era uma central sindical nacional que colaborava com o governo, apoiando-o publicamente na maioria de suas iniciativas políticas, porém funcionava na ilegalidade (TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**, p. 74).

⁷BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**, p. 104.

⁸Ibid., p. 104.

idéia, em 1962 ocorreram 154 greves em todo o país, e em 1963, 302,⁹ portanto, percebe-se que foi muito elevada a quantidade de movimentos reivindicatórios deflagrados nesse período. Essas greves, normalmente, tinham à frente movimentos ou partidos de esquerda, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B), fundado em fevereiro de 1962, que defendia a criação de uma ampla frente democrática e antiimperialista sob a direção do proletariado; a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), fundada em fevereiro de 1961, que defendia uma frente de esquerda revolucionária, integrada por trabalhadores da cidade e do campo, aglutinando todas as classes exploradas, e que tinha como objetivo final chegar ao socialismo; a Ação Popular (AP), fundada em maio de 1962, que propunha uma política de preparação revolucionária, para lutar contra a dominação capitalista e feudal, através de uma aliança operária-estudantil-camponesa; o “brizolismo”, corrente liderada por Leonel Brizola, que defendia o antiimperialismo, reformas e revolução; as Ligas Camponesas, fundadas nos anos 50, que tinham como objetivo realizar a “libertação nacional e social”, através de uma reforma agrária radical, tendo como líder Francisco Julião¹⁰.

Diante da crise social, econômica e financeira na qual o país se encontrava naquela época, foi difícil controlar os movimentos de esquerda, que se organizavam à margem da legislação trabalhista, com a formação de “pactos sindicais de luta”. Nessas condições, esses movimentos se tornaram mais um complicador na execução do Plano Trienal proposto pelo governo de João Goulart, tendo as greves se estendido por todo o país. Os conflitos se espalharam tanto no campo quanto na cidade. Dessa forma, Goulart perdeu, também, a confiança da esquerda, de quem esperava receber apoio.

1.2 Os movimentos militares e a esquerda

Em setembro de 1963, época da greve da Polícia Militar no Rio Grande do Norte, ocorreram movimentos reivindicatórios em outras instituições militares no Brasil. A eleição de alguns

⁹ VIEIRA, Evaldo. **A república brasileira: 1964-1984**. 10. ed. São Paulo: Moderna, 1991. p. 19.

¹⁰ MORAIS, Denis de. **A esquerda e o golpe de 64**. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. p. 64-80.

sargentos, contrariando a lei eleitoral, suscitou novo problema: em São Paulo, 6 mil soldados, cabos e sargentos realizaram passeata pública pela posse dos eleitos. A disciplina militar se deteriorou rapidamente. Nos quartéis observou-se insatisfação e houve divergência entre praças e oficiais. Os setores subalternos se mobilizaram por direitos políticos e sociais democráticos que lhes eram vedados: acesso à universidade, votar e ser votado, mudanças nos regulamentos disciplinares, lei de promoções, estabilidade aos cinco anos de caserna, financiamento da casa própria, possibilidade de ingresso na Academia Militar das Agulhas Negras. Soldados, marinheiros, fuzileiros navais, cabos e sargentos queriam casar e constituir família, independente do tempo de serviço, e para não fugir à regra ansiavam por participação política.

Em Brasília, no dia 12 de setembro de 1963, cerca de 600 sargentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica se sublevaram contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou inelegíveis os sargentos eleitos no pleito de 1962, prenderam autoridades, ocuparam pontos estratégicos da capital:¹¹ o Departamento Federal de Segurança Pública, a Estação Central de Radiopatrulha, o Ministério da Marinha e o Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos. Em seguida, detiveram oficiais, conduzindo-os para a Base Aérea. Essa rebelião foi comandada pelo sargento Antônio Prestes de Paula, da Força Aérea Brasileira (FAB), porém, em poucas horas a revolta foi abafada pelo Governo, com um saldo negativo de duas mortes, um civil e um militar.¹² Os revoltosos foram presos e remanejados para longínquas guarnições.

Esses acontecimentos deixaram os oficiais das Forças Armadas e a sociedade perplexas e apreensivas, uma vez que não se esperava tal atitude no seio das corporações militares. No entanto, havia uma parte da sociedade civil composta por forças de esquerda e nacionalistas que apoiavam os movimentos reivindicatórios dos militares, tentando aproximar os sargentos de seus partidos políticos e grupos sociais. Considera-se que houve precipitação dos sargentos em tomarem tal

¹¹MORAIS, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64*, p. 96.

¹²BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, p. 122-123.

atitude, uma vez que a decisão do Supremo Tribunal Federal considerando-os inelegíveis, fora baseada no Art. 138, da Constituição Federal de 1946, que prescrevia sobre a inelegibilidade de suboficiais, subtenentes, sargentos e alunos das escolas militares de ensino superior.¹³ O movimento serviu para que, posteriormente, houvesse modificação no referido artigo da Constituição, tomando os suboficiais, subtenentes e sargentos elegíveis.

Os movimentos de esquerda além de estarem à frente das greves e das reivindicações dos trabalhadores civis, também apoiaram os movimentos dos militares, que por sua vez tinha à frente o Movimento Nacional dos Sargentos. Esse apoio da esquerda aos militares, fica bem claro quando Dênis de Moraes relata o movimento dos militares em Brasília:

A esquerda reagiu ao levante solidarizando-se com os sargentos e exigindo que fossem libertados e anistiados. “Os sargentos são nossos irmãos” e “Anistia para os sargentos” – eis duas das manchetes do jornal *Novos Rumos*, do PCB. Francisco Julião sustentava, na edição de *A Liga* de 29 de setembro de 1963, que “os rígidos preceitos militares estão sendo quebrados, desmoralizados pelos soldados, que sentindo-se povo, já não aceitam a condição histórica de instrumentos do antipovo”. [...] No Classe Operária de 1º de outubro, o Partido Comunista do Brasil defendia o levante, que não fora “manifestação extemporânea”, nem “caminho errôneo”, mas sim uma forma de luta justa, embora com falhas de preparação. [...] Os parlamentares nacionalistas, o CGT e a UNE divulgam, em 23 de setembro, um comunicado manifestando “integral apoio à causa dos sargentos, que lutam pelo direito de ter seus representantes nas casas do Legislativo do país”.¹⁴

O movimento reivindicatório da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, por melhorias salariais, que foi deflagrado no dia 11 de setembro de 1963, também recebeu apoio de partidos de esquerda e opositores ao governo, de sindicatos e outras instituições, como aconteceu em Brasília, conforme será visto no capítulo 3 deste trabalho.

Esses movimentos tiveram em comum o apoio da esquerda e dos sindicatos, os quais se aproveitaram dos problemas específicos que afetavam as corporações militares para se aproximarem

¹³ BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/civil_03/Constituicao/Constituica46>. Acesso em: 16 set. 2004.

¹⁴ MORAIS, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64*, p. 97-98.

das mesmas com o intuito de recrutar os militares, principalmente, os menos graduados, para se filiarem a seus quadros.

Outro fato de insubordinação de militares ocorreu no dia 16 de setembro de 1963, em Natal, quando um sargento da Aeronáutica, sem autorização, fixou no interior da Base Aérea panfletos trazidos de São Paulo, com manifesto apoiando os sargentos que haviam se rebelado em Brasília, dias antes, tendo sido, de imediato, efetuada a prisão do referido graduado. Os demais sargentos resolveram protestar solicitando a libertação do seu colega, porém também foram presos, sendo liberados pela madrugada. O jornal “A Ordem”, de Natal, publicou a seguinte matéria a respeito do fato: “No dia 16, o Sargento Cleto foi flagrado ao distribuir cópias de um manifesto dos sargentos da Aeronáutica de São Paulo, solidarizando com a rebelião de Brasília e foi preso, ficando incomunicável, sendo solto no dia seguinte”.¹⁵

Verificamos que, por coincidência ou não, os três movimentos militares de 1963 ocorreram dentro de um pequeno espaço de dias de um para o outro: o da Polícia Militar do Rio Grande do Norte aos 10 de setembro; o dos sargentos em Brasília no dia 12, e o evento no interior da Base Aérea de Natal em 16 de setembro. O movimento da Polícia Militar no Rio Grande do Norte aparentemente não teve qualquer ligação com os movimentos das Forças Armadas, no entanto, ficou claro que alguns sargentos das Forças Armadas, sediados em Natal, apoiaram e contribuíram com a greve dos policiais militares do Rio Grande do Norte, como podemos constatar no relato de Júlio Ribeiro sobre a reunião no Clube dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (Clube Tiradentes), que decidiu pela deflagração da greve dos policiais militares em 1963:

Foram analisados diversos pontos. Foram analisadas as conseqüências que poderiam causar aquela atitude coletiva. Mas não foi encontrada outra saída, senão a de deflagrar a greve. Suas causas e seus efeitos foram demoradamente analisados, inclusive com a participação de alguns companheiros de outras armas, cujos nomes me é dado o direito de mantê-los em absoluto sigilo, mesmo porque, posteriormente, acabaram por se prejudicar¹⁶ (grifo nosso).

¹⁵ A ORDEM, Natal, p. 8, 21 set. 1963.

¹⁶ ROCHA, Júlio Ribeiro. *Cicatrizes*, Natal: [s.n.], 1982. p. 28.

Apesar de não ter sido constatados objetivos políticos no movimento reivindicatório da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, podemos afirmar que, mesmo de forma indireta, tanto esse quanto os outros movimentos, podem ter contribuído para alguns acontecimentos políticos que viriam acontecer no país e culminar com a deflagração do golpe militar de 1964. Pois diante da grande crise política e econômica pela qual o país passava, levando várias categorias de trabalhadores a fazerem greve, inclusive, militares, como ocorreu no Rio Grande do Norte, em Alagoas e no Distrito Federal, citados anteriormente, o Presidente da República João Goulart, no dia 04 de outubro de 1963, alguns dias após a deflagração dos movimentos militares, encaminhou mensagem ao Congresso solicitando a decretação do estado de sítio em todo território nacional, com a justificativa de que necessitava de poderes especiais, para conter os movimentos que estavam ocorrendo no país, com caráter de "guerra civil", colocando em perigo a ordem pública, explicitando algumas situações: "manifestações coletivas de indisciplina" nas polícias militares de alguns estados; "sublevação de graduados e soldados" (revolta dos sargentos), que colocava em risco a disciplina e hierarquia militares; as freqüentes reivindicações salariais; e por fim, o fato de existirem governadores de importantes estados "conspirando contra a Nação".¹⁷

O estado de sítio não foi deflagrado, mas serviu para despertar nos opositores de João Goulart a desconfiança de que ele, através do estado de sítio, queria dar o golpe para permanecer no poder, sendo este um dos motivos que levaram os militares e os civis da oposição ao golpe militar alguns meses depois.

1.3 O complexo IPES/IBAD e a CIA

O IPES e o IBAD, instituições patrocinadas por empresários nacionais e estrangeiros, e pela CIA (Central Intelligence Agency), agência governamental norte-americana,¹⁸ com o intuito de

¹⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**, p. 60.

¹⁸ BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**, p. 65.

desestabilizar o governo e criar um clima de intranquilidade nas Forças Armadas, contratou ativistas (militares e civis) para disseminar, entre os oficiais dessas corporações, mensagens ideológicas contra Goulart, o que pode ser constatado em Dreifuss:

Em outros casos, os ativistas do complexo IPES/IBAD penetravam em grupos formados ou estimulavam outros já existentes a continuarem sua ação. O que se pode dizer, entretanto, é que os ativistas do complexo IPES/IBAD participaram diretamente na maior parte dos planejamentos secretos para derrubar o governo e tiveram presença ativa nas questões de muitas facções militares. Os vários movimentos civil-militares identificáveis e ativos contra o governo de João Goulart no início da década de sessenta poderiam ser agrupados, a *grosso modo*, em três tendências convergentes que possuíam ramificações nacionais. Esses movimentos, coordenados no Rio e em São Paulo, estavam centrados no complexo IPES/ESG, ao qual estavam ligados os militares de linha dura e os conspiradores históricos, os extremistas de direita e os tradicionalistas.¹⁹

O complexo IPES/IBAD foi um verdadeiro partido das classes dominantes, constituído por intelectuais, burocratas e militares da ativa e da reserva, que tinham acesso direto às Forças Armadas, ao Executivo, ao Congresso, às associações de empresários, aos sindicatos, à Igreja, aos partidos políticos, e a todas as instituições influentes no país. O IPES/IBAD financiou grupos que se intitulavam “democráticos” e “anticomunistas”, ou seja, contrários ao governo de João Goulart. Financiou jornais, revistas, edições de livros, panfletos, seminários, programas de rádio e televisão, produção de filmes, tudo que divulgasse a sua ideologia anticomunista.

Um fato que é sempre abordado pelos autores, quando se trabalha os movimentos militares que antecederam ao golpe de 1964, é a questão da participação de agentes secretos nesses movimentos, com objetivo de provocar a indisciplina e a quebra da hierarquia no seio das corporações militares, atingindo dessa forma o governo de João Goulart, o que pode ser verificado em Moniz Bandeira:

É possível que provocadores, infiltrados (como de fato havia) entre os sargentos, tivessem encorajado a sedição, para abortá-la e polarizar a oficialidade contra o Governo. Alguns sargentos, que participaram da rebelião, revelar-se-iam, depois da

¹⁹ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do estado: ação, política, poder e golpe de classe. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 368-369.

queda de Goulart, agentes dos serviços secretos das Forças Armadas. Os oficiais que conspiravam contra o Governo, mantinham uma rede clandestina de informações, em cujo trabalho utilizaram inúmeros “sargentos fiéis”, que conseguiram cumprir suas missões com sucesso. E um dos requisitos para o golpe de Estado, urdido pela direita, era que houvesse grande motivação no povo e nas Forças Armadas.²⁰

Moniz Bandeira também comenta a participação da CIA na derrubada de João Goulart: “Os agentes da CIA teceram, sem dúvida, toda a rede da conspiração contra o Governo de Goulart, com a colaboração não só de militares brasileiros, mas também, de latifundiários, comerciantes e industriais, amatlhando os radicais da direita para atos de terror e sabotagem”.²¹

Um caso de participação de agente a serviço da CIA nos movimentos militares, bastante conhecido e abordado por diversos historiadores, foi o caso do marinheiro José Anselmo dos Santos, mais conhecido como “Cabo Anselmo”, que liderou a “Revolta dos Marinheiros” no Rio de Janeiro, no dia 26 de março de 1964, quando da reunião de marinheiros e fuzileiros navais para comemorar o aniversário de sua Associação, o que era proibida pelo Almirante Sílvio Mota, Ministro da Marinha. Com o desacato à proibição, o Ministro da Marinha mandou prender os organizadores, tendo o contingente de fuzileiros que foi enviado para prender os manifestantes se insubordinado contra a ordem e aderido à rebelião. Através da intermediação do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), os rebelados se entregaram e foram presos, sendo libertados poucas horas depois.²²

Para Moniz Bandeira, apesar da exaltação dos marinheiros e da intransigência dos almirantes, que favoreceram a eclosão de atos de indisciplina entre os militares, esse movimento já tinha sido preparado pela CIA, que providenciou a participação do “Cabo Anselmo” com o objetivo de insuflar e provocar o movimento:

O Comandante Ivo Acioly Corseuil, Subchefe da Casa Militar da Presidência da República, avisou a Goulart e ao Almirante Mota que o líder do movimento, José Anselmo dos Santos, marinheiro de 1ª classe e não cabo como se celebrizou, era

²⁰ BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**, p. 123.

²¹ Ibid., p.126.

²² TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**, p. 102-103.

agente do serviço secreto, provocador, trabalhando para a CIA. Não se tratava de conjectura e sim de informação, oriunda da própria Marinha. E os acontecimentos posteriores a confirmariam.²³

Percebemos que muitas instituições, se aproveitando das crises internas das corporações militares, procuraram dar apoio e ao mesmo tempo se aproximar dos movimentos militares. Essa aproximação e esse apoio se dava de forma distinta. Os movimentos e partidos de esquerda demonstravam o seu apoio aos militares rebelados, explicitamente, através de jornais, dos meios de comunicações, de manifestos, demonstrando ao mesmo tempo, o desejo de aproximação com a categoria.

O IPES, o IBAD e a CIA agiam de forma diferente, procuravam apoiar e se aproximar dos movimentos militares implicitamente, colocando agentes que tinham a missão de insuflar e agitar os movimentos militares, como foi o caso do “Cabo Anselmo”. Essas instituições também tinham objetivos distintos a atingir. Os movimentos de esquerda tinham como objetivos principais recrutar os militares para se filiar em seus quadros, bem como provocar a indisciplina e a quebra de hierarquia dentro das corporações militares, o que enfraqueceria o poder dos oficiais de altos postos. O IPES, o IBAD e a CIA desejavam a queda do governo Goulart, por isso “apoiavam” os movimentos reivindicatórios dos militares, com intuito de provocar um clima de insubordinação no âmbito das corporações militares, para que servisse de motivo para a decretação do Golpe Militar pelos oficiais de alta patente das Forças Armadas, como ocorreu em 31 de março de 1964.

²³ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 169.

2 A POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE NO CONTEXTO HISTÓRICO NACIONAL

2.1 A Criação da Polícia Militar do Rio Grande do Norte

Com a Constituição de 1946 é fixada a denominação de *Policias Militares*,²⁴ às instituições destinadas a garantir a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, sendo, ainda *forças auxiliares e reservas do Exército*. As forças policiais desde 1934, já eram consideradas, constitucionalmente, força reserva do Exército, no entanto, sem o termo *forças auxiliares*, conforme o artigo 167, da Constituição do Brasil desse ano.²⁵

No Rio Grande do Norte a força policial foi criada em 04 de novembro de 1836,²⁶ por João José Ferreira de Aguiar, Presidente da Província, com a denominação de *Corpo Policial do Rio Grande do Norte*, cujo efetivo previsto era de 70 (setenta) policiais.²⁷

Em 1894, o Governador Pedro Velho mudou o nome da Corporação para *Batalhão de Segurança*. Em 1923, o *Batalhão de Segurança* passou a ser chamado de *Regimento Policial Militar*. No ano de 1937, com o Estado Novo, transformou-se em *Força Pública Militar*, e por fim, em 1946 recebeu o nome de *Polícia Militar*.

Às Polícias Militares cabe, desde a sua criação, no âmbito de suas respectivas jurisdições, executar o *policciamento ostensivo*²⁸, fardado, a fim a assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos, atuando de maneira preventiva e repressiva, quando necessário. A Polícia Militar também poderá ser convocada pelo Governo Federal em caso

²⁴ No Rio Grande do Norte, a partir de 1946, não houve mais nenhuma mudança na denominação da Polícia Militar, permanecendo com o mesmo nome até hoje (WANDERLEY, Rômulo C. **História do batalhão de segurança**. Natal: Walter Pereira. 1969, p.27).

²⁵ BRASIL. Constituição de 16 de julho de 1934. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**.

²⁶ O aniversário da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, é comemorado anualmente no dia 04 de novembro, portanto, sendo considerado oficialmente como data de sua criação o dia 04 de novembro de 1836.

²⁷ WANDERLEY, Rômulo C. **História do batalhão de segurança**, p. 3.

²⁸ Policiamento Ostensivo: Ação policial, exclusiva das polícias militares, em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública (BRASIL. Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. Aprova o Regulamento para as Polícias Militares Rio Grande do Norte, p. 28).

de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção.²⁹

A Polícia Militar do Rio Grande do Norte é subordinada ao Governador do Estado, dentro da estrutura organizacional da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social, conforme o estabelecido no art. 144, § 6º, da Constituição Federal: "As Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios".³⁰

2.2 Antecedentes da atuação da Polícia Militar em movimentos políticos

A Polícia Militar do Rio Grande do Norte, ao longo de sua existência, participou de vários acontecimentos políticos ocorridos no país, como em 1925, quando a corporação foi convocada pelo então Presidente da República, Artur Bernardes, para combater o avanço da Coluna Prestes no Estado do Maranhão. O Presidente do Estado, José Augusto, mandou uma Companhia da Polícia Militar com um efetivo de cem homens, no dia 14 de dezembro de 1925, cuja operação resultou na prisão de Juarez Távora, um dos líderes da Coluna, tendo como saldo negativo para a corporação, a morte do sargento Augusto Azevedo. Os militares potiguares regressaram a Natal no dia 25 de fevereiro de 1926, após dois meses de combates.³¹ Em solo potiguar também combateu a Coluna nos municípios de São Miguel e Luiz Gomes, com um pequeno efetivo.³²

Outra participação da corporação em movimentos políticos foi em 1932, diante da Revolução Constitucionalista, no Estado de São Paulo, quando por solicitação do Presidente da República, Getúlio Vargas, o interventor do Rio Grande do Norte, Bertino Dutra da Silva, enviou no

²⁹ BRASIL. Decreto Lei nº 667, de 02 de julho de 1969. Reorganiza as Polícia Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências. In.: SILVA, José Walterler dos Santos (Org.). **Coletânea de legislação da polícia militar do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal. p. 22, 2000.

³⁰ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

³¹ WANDERLEY, Rômulo C. **História do batalhão de segurança**, p. 61-64.

³² *Ibid.*, p. 72-73.

dia 05 de julho de 1932, para a Capital Federal, uma Companhia da Polícia Militar, com um efetivo de 125 homens, sob o comando do Capitão Severino Elias Pereira. Em agosto do mesmo ano, seguiu para essa guerra civil no sul do país, um segundo contingente.

Enquanto ocorria a Revolução Constitucionalista em São Paulo, em Natal alguns oficiais da Polícia Militar, juntamente com alguns civis, foram presos, acusados de conspiração contra o interventor federal no Rio Grande do Norte, Bertino Dutra, o qual pretendiam depor, como também pretendiam impedir o envio de tropas para combater o movimento já mencionado.³³

A Polícia Militar do Rio Grande do Norte participou também, da ação contra a Intentona Comunista,³⁴ em 1935, quando teve seu quartel tomado pelos comunistas. A Intentona Comunista foi iniciada na noite de 23 de novembro de 1935, quando várias autoridades do Estado, inclusive o Governador Rafael Fernandes, participavam de uma solenidade no Teatro Carlos Gomes, hoje Alberto Maranhão. Os militares rebeldes dominaram, primeiramente, o 21º Batalhão de Caçadores, Quartel do Exército, apossando-se das armas que ali se encontravam, partindo depois para o Quartel da Polícia Militar, na rua da Salgadeira (hoje Casa do Estudante), onde encontraram resistência por parte dos soldados da Polícia Militar, que durou 19 horas, pois esgotou a munição e os policiais que ainda resistiam tiveram que fugir pelo Rio Potengi, tendo os “rebeldes” se apoderado do quartel da Polícia Militar e dominado Natal durante três dias.³⁵

³³ WANDERLEY, Rômulo C. **História do batalhão de segurança**, p. 87-95.

³⁴ Insurreição político-militar promovida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em novembro de 1935, sob a liderança de Luís Carlos Prestes. Tinha o objetivo de derrubar o presidente Getúlio Vargas e instalar um governo socialista no Brasil. Filinto Müller, em relatório policial apresentado ao Presidente, chamou o movimento de “intentona comunista”. Mas, a verdade é que no primeiro momento outras expressões prevaleceram como revolta, levante, insurreição e movimento extremista, relegando “intentona” para segundo plano. Somente no período 1961/64 a denominação “Intentona Comunista” se consolidou como designação formal para o levante de 1935. As expressões correlatas praticamente desapareceram, cedendo lugar à adoção praticamente unânime de “intentona”. (MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A intentona Comunista, ou a construção de uma legenda negra. **Tempo**, Rio de Janeiro: Sette Letras, v. 7, n. 13. 26 mar. 2004. p.189-209. Disponível em: <<http://www.universiabrasil.net/materia>>. Acesso em: 19 nov. 2004). MELO, Célia Maria Lins de. **Reflexos do tenentismo no movimento armado de 1935: Polícia Militar do Rio Grande do Norte – resistência e glória** 40 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001. p. 30.

³⁵ MELO, Célia Maria Lins de. **Reflexos do tenentismo no movimento armado de 1935: Polícia Militar do Rio Grande do Norte – resistência e glória**. 2001. 40 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001. p. 30.

Diante do que foi exposto, observamos que a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, por ser um órgão de segurança pública, ligado diretamente ao governo, muitas vezes foi utilizada para defender os interesses particulares daqueles que estavam no poder, que, normalmente, alegavam agir em defesa da legalidade. Também observamos que os movimentos aqui citados, como os movimentos reivindicatórios que antecederam o golpe militar de 1964, tiveram participação de militares ou ex-militares, os quais eram considerados “rebeldes” por reivindicarem melhores condições de vida e lutarem por seus ideais. Portanto, esses confrontos ocorriam entre militares considerados “legalistas”, de um lado, e militares considerados “rebeldes”, do outro. No caso da Intentona Comunista, a Polícia Militar do Rio Grande do Norte esteve do lado “legalista”, e alguns militares do Exército, do 21º BC, estiveram do lado “rebelde”; já no movimento reivindicatório da Polícia Militar em 1963, que veremos no próximo capítulo, esse quadro vai se inverter, sendo o Exército a força “legalista” e a Polícia Militar a força “rebelde”.

2.3 O controle do Exército sobre as Polícias Militares

Diante do que já foi colocado, constatamos que as Polícias Militares, desde 1934, são consideradas forças auxiliares do Exército, passando a serem controladas por este. No entanto, na Primeira República não havia esse controle da Força federal, uma vez que as polícias militares eram controladas pelas oligarquias estaduais, se tornando um obstáculo à expansão do poder do Exército.³⁶ Veremos adiante, que após o golpe militar de 1964, o controle do Exército sobre as polícias militares se tornou bastante rígido, passando aquele a ter o controle absoluto das atividades desenvolvidas pelas instituições de segurança pública, conforme podemos constatar no artigo 3º, do Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, cujo texto aduz que as Polícias Militares do Brasil

³⁶ CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III, O Brasil Republicano, Sociedade e Instituições (1889-1930). 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. v. 2, cap. 5, p. 231.

são *controladas e coordenadas* pelo Exército Brasileiro, abrangendo os aspectos de organização e legislação, efetivos, disciplina, ensino e instrução, adestramento e material bélico, de saúde e veterinária de campanha e aeronave.³⁷ Através desse *controle*, o Exército passou a acompanhar a execução das atividades das corporações estaduais de forma a não permitir desvios dos propósitos que lhe foram estabelecidos pela União, na legislação pertinente.

Diante do que foi exposto, percebemos que as polícias militares passaram a ser instituições sem autonomia própria, não podendo tomar certas decisões sem antes consultar o Exército, dependendo de sua autorização para o cumprimento das atividades a serem desenvolvidas. No entanto, após a Constituição de 1988 o controle sobre as polícias militares diminuiu, passando as polícias militares a pedir autorização do Exército apenas para comprar armamento e munição.

Pelo Decreto N° 88.777, a *orientação e o planejamento das Polícias Militares*, ficarão a cargo das secretarias de segurança dos estados.³⁸ Pelo que aqui foi colocado, podemos constatar que as Polícias Militares, no que se refere ao seu controle e coordenação, estavam subordinadas ao Ministério do Exército, e no que diz respeito a sua orientação e planejamento, estão vinculadas às Secretarias de Segurança dos Estados. Portanto, os Comandantes Gerais das Polícias Militares devem obediência ao Ministro do Exército e aos secretários de segurança dos estados, e na ausência destes, ao Presidente da República e aos governadores dos estados.

Através do Decreto-Lei N° 317, de 13 de março de 1967, o Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, criou a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão do Exército Brasileiro, com a incumbência de controlar e coordenar as Polícias Militares, que entre suas atribuições, podemos citar a orientação, fiscalização e controle do ensino e da instrução das polícias militares; o controle da organização dos efetivos e de todo o material bélico; a colaboração nos estudos visando os direitos, deveres, remuneração, justiça e garantias das Polícias

³⁷ BRASIL. Decreto Lei nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares. In.: SILVA, José Walterler dos Santos (Org.). *Coletânea de legislação da polícia militar do Rio Grande do Norte*. 3. ed. Natal. p. 22, 2000.

³⁸ *Ibid.*, p. 31.

Militares e ao estabelecimento das condições gerais de convocação e de mobilização; a apreciação dos quadros de mobilização para as polícias militares; orientar as polícias militares, cooperando no estabelecimento e na atualização da legislação básica relativa a essas corporações, como também coordenar e controlar o cumprimento dos dispositivos da legislação federal e estadual pertinente.³⁹ Pelo que foi colocado, a IGPM passou a ser o órgão detentor do poder absoluto sobre as polícias militares.

O Decreto-Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983, estabeleceu que o comando das polícias militares *pode* ser exercido por General de Brigada da ativa do Exército ou por oficial superior combatente da ativa. Estabeleceu também, que para o comando ser exercido por oficial da ativa da Polícia Militar, o seu nome deverá, necessariamente, ser aprovado pelo Ministro de Estado do Exército.⁴⁰ Permanecendo assim, o controle do Exército sobre os Comandos Gerais das Polícias Militares, mesmo de forma mais branda, já que antes, pelo Decreto-Lei nº 317, o comando das Polícias Militares *seria* exercido por oficial superior combatente, do serviço ativo do Exército, preferencialmente do posto de Tenente Coronel ou Coronel. Somente em caráter excepcional, após parecer favorável da IGPM, o cargo de Comandante poderia ser exercido por oficial da ativa, do último posto, da própria Corporação.⁴¹ Diante disso, constatamos que até 1983, os comandantes das polícias militares teriam de ser oficiais do Exército, e que a partir desse ano, a polícia militar poderia ser comandada por oficiais da própria corporação ou do Exército, este deixando de ser obrigatório.

Através do que aqui foi exposto, podemos constatar que a partir de 1934 o Exército passou a exercer alguma forma de controle das Polícias Militares, e que isso ficou mais evidenciado após o

³⁹ BRASIL. Decreto Lei nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares. In.: SILVA, José Walterler dos Santos (Org.). **Coletânea de legislação da polícia militar do Rio Grande do Norte**, p. 35.

⁴⁰ BRASIL. Decreto Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983. Altera o Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências. (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2010>. Acesso em: 26 out. 2004).

⁴¹ BRASIL. Decreto Lei nº 317, de 13 de março de 1967. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. WANDERLEY, Rômulo C. **História do batalhão de segurança**, p. 239.

Golpe Militar de 1964, por intermédio da IGPM (Inspetoria Geral das Polícias Militares), que passou a ter plenos poderes sobre essas instituições, uma vez que o Exército queria ter o domínio total das polícias militares, temendo que fugissem do seu controle e ocorressem movimentos militares reivindicatórios como os que antecederam o Golpe Militar, como também queriam garantir que essas instituições de segurança pública cumprissem o seu papel estabelecido por Lei. Um exemplo claro desse controle, é o Regulamento Disciplinar das Polícias Militares (RDPM), que em cumprimento à legislação, é semelhante ao Regulamento Disciplinar do Exército (RDE).⁴²

2.4 Disciplina e hierarquia – Base institucional da Polícia Militar

A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Polícias Militares. A *hierarquia*⁴³ nas Polícias Militares está distribuída da seguinte forma: Oficiais (Coronel, Tenente Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente, e 2º Tenente); Praças Especiais (Aspirante-a-Oficial, Alunos dos diversos cursos de Escola de Formação); Praças (Sub Tenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado).

Na Polícia Militar a autoridade e a responsabilidade crescem juntamente com o grau hierárquico, ou seja, quanto mais alto for o posto ou a graduação, maiores são a autoridade e a responsabilidade. A disciplina, por sua vez, é a rigorosa observância e o acatamento das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial-militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se no perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes dessa Instituição.

⁴² BRASIL. Decreto Lei nº 667, de 02 de julho de 1969. Reorganiza as Polícia Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências. In.: SILVA, José Walterler dos Santos (Org.). **Coletânea de legislação da polícia militar do Rio Grande do Norte**, p. 25.

⁴³ Hierarquia militar: Ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas e Forças Auxiliares (Ibid., p.29).

Ao analisarmos o que foi exposto, constatamos que para o policial militar ser um bom profissional é necessário que ele respeite a hierarquia e mantenha a disciplina, como também assuma o dever de cumprir rigorosamente as obrigações e ordens, e tratar o subordinado com dignidade e urbanidade.

O Estatuto dos Policiais Militares do Rio Grande do Norte⁴⁴ e o Regulamento Disciplinar⁴⁵ impõem em benefício da sociedade e de seus cidadãos, na forma de controle do comportamento profissional, princípios que balizam as atitudes dos policiais militares, conduzindo-os à prática do bem. Dentre esses princípios podemos destacar: vocação profissional; coragem; disciplina profissional e intelectual; integridade; interesse pela profissão; lealdade; responsabilidade; honradez; entusiasmo; tolerância; apresentação pessoal; iniciativa; respeito aos outros; respeito a si próprio; simplicidade; pontualidade; e comportamento social. No entanto, quando esses princípios não são seguidos, a Polícia Militar se torna uma organização sem confiabilidade para a sociedade, que a julga através das ações de cada um policial.

Fizemos esta apresentação dos regulamentos em relação à hierarquia e à disciplina nas Polícias Militares, para podermos melhor refletir sobre os movimentos militares vistos no capítulo anterior, como também sobre os fatos que serão vistos no capítulo seguinte, relativos à greve da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.

Verificamos, então, que de acordo com os regulamentos militares, houve indisciplina, desobediência e desrespeito à hierarquia, por parte dos participantes dos movimentos em questão, passando os mesmos a serem passivos de punições, mesmo tendo motivos para as suas reivindicações.

⁴⁴ RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 4.630, de 16 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado Rio Grande do Norte, e dá outras providências. In.: SILVA, José Walterler dos Santos (Org.). **Coletânea de legislação da polícia militar do Rio Grande do Norte**, p. 76-102.

⁴⁵ RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 8.336, de 12 de fevereiro de 1982. Aprova o Regulamento Disciplinar da PMRN, e dá outras providências. (Ibid., p. 165-179).

2.5 O contexto histórico no Rio Grande do Norte

Em 1963 o poder político no Rio Grande do Norte estava dividido entre o senador Dinarte Mariz, e o governador Aluizio Alves. Como terceira força tinha o prefeito de Natal, Djalma Maranhão.

Aluizio Alves, antes de ser eleito governador do Estado do Rio Grande do Norte, era deputado federal vinculado à UDN (União Democrática Nacional), partido político do então governador Dinarte Mariz, no entanto Aluizio afasta-se deste por discordar de suas práticas políticas e administrativas.⁴⁶ Dinarte Mariz lança a candidatura de Djalma Maranhão para governador e Vingt-Rosado para vice. Aluizio Alves então recebeu apoio do PSD (Partido Social Democrático) e formou uma coligação partidária denominada Cruzada da Esperança com o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PDC (Partido Democrata Cristão), e PTN (Partido Trabalhista Nacional), assumindo a liderança e a candidatura ao governo, tendo como vice o monsenhor Walfredo Gurgel.⁴⁷ Essa coligação também apoiou a candidatura de Djalma Maranhão para prefeito de Natal, naquela mesma eleição, da qual saiu vitorioso juntamente com Aluizio Alves.

A campanha política foi bastante acirrada, enquanto Dinarte Mariz usava a máquina do Estado para tentar eleger seu candidato, Aluizio Alves buscava o apoio popular, usando modernas técnicas de comunicação e com forte apelo emocional. Em seus discursos, Aluizio Alves procurava identificar-se como uma espécie de “salvador”, aquele que veio para redimir os pobres, Aquele que, tirando sua energia do contato com o povo, traria esperança de dias melhores.⁴⁸ No final da campanha, Aluizio Alves venceu as eleições para governador e Djalma Maranhão venceu para prefeito de Natal, derrotando Dinarte Mariz e seus candidatos.

⁴⁶ TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Aluizio Alves: populismo nos anos 60**. 2003. 200 f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003. p. 136.

⁴⁷ GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989. p.

49.

⁴⁸ TRINDADE, S. L. B. Op. cit., p. 140.

Dinarte Mariz, quando se viu derrotado, nomeou vários amigos e correligionários para bons cargos públicos, criou vários cargos novos e funções gratificadas, tentou negociar as ações da Petrobrás, que pertenciam ao Estado, bem como concedeu um aumento salarial para os funcionários públicos estaduais civis e militares, mesmo estando com os salários destes em atraso. Tais atos administrativos foram chamados de “inventário político”.⁴⁹ No entanto, Aluizio Alves, quando assumiu o governo, anulou a venda das ações da Petrobrás, demitiu os funcionários nomeados, ilegalmente, por Dinarte Mariz no final do seu governo, anulou os atos administrativos aprovados no “inventário político”, inclusive, derrubou o aumento salarial, de quatro cruzeiros, que tinha sido concedido por Dinarte Mariz ao funcionalismo público estadual civil e militar, obrigando os funcionários que já tinham recebido o salário com aumento, a devolver ao Estado a referida quantia.

Para minimizar a situação, Aluizio Alves concedeu à Polícia Militar um abono de emergência de “um cruzeiro”, em forma de crédito na cantina da Polícia Militar, o qual só seria usufruído se fosse efetuada a compra na referida cantina, que funcionava no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, no bairro de Tirol, em Natal.⁵⁰ Essa medida tomada por Aluizio Alves, trouxe mais dificuldades para os policiais militares, principalmente, para os que trabalhavam e residiam no interior do Estado, uma vez que se estes quisessem usufruir do abono concedido pelo governo estadual, teriam de se deslocar da cidade em que estivessem trabalhando, no interior do Estado, para efetuar as compras na Capital, o que se tornava quase impossível, pois naquela época a viagem para Natal era dificultada pela escassez de transporte, e o pequeno valor do abono não compensava tal deslocamento.

A Polícia Militar também foi atingida com a medida tomada por Aluizio Alves, no que se refere à anulação dos atos de promoções dos funcionários civis e militares, assinados por Dinarte Mariz no final do seu governo, uma vez que ocorreram algumas promoções de policiais militares no

⁴⁹ GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**, p. 52.

⁵⁰ ROCHA, Júlio Ribeiro. **Cicatrizes**, p. 16.

mês de dezembro de 1960, em cumprimento a Lei de Promoções da Polícia Militar, que determinava como data de promoção na corporação os dias 21 de abril, 21 de agosto e 25 de dezembro daquele ano. Assim, os policiais militares promovidos nesse período foram rebaixados ao posto anterior por Aluizio Alves, somente conseguindo as promoções de volta, posteriormente, após impetrarem mandado de segurança na justiça.⁵¹

Alguns meses depois de assumirem o poder, começaram as divergências entre o governador Aluizio Alves e o prefeito Djalma Maranhão.

O prefeito realizou a sua administração priorizando os programas de alfabetização popular, conscientização política e democratização da cultura, que se deu através da campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, que tinha como objetivo acabar com o analfabetismo em Natal, no entanto, a prefeitura não tinha condições financeiras para desenvolver o ousado projeto, mas com a ajuda de voluntários e da população, que cedeu os prédios, gratuitamente, onde funcionaram as escolas, e que construíram os acampamentos escolares, “cobertos de palhas de coqueiros e chão de barro batido”.⁵² A campanha cresceu e se tornou um sucesso, alcançando repercussão nacional.

O governador Aluizio Alves não ficou atrás, e na área da educação no Estado adotou o método Paulo Freire, uma iniciativa pioneira de alfabetização em 40 horas. O governo contou com a ajuda financeira do programa americano “Aliança para o Progresso”, que investiu milhões de dólares em alguns Estados brasileiros, tendo o Rio Grande do Norte sido contemplado com tais recursos: “o Estado obteve da Aliança para o Progresso recursos da ordem de CR\$ 2.065.350.000,00, destinados ao melhoramento e ampliações do sistema de educação primária e básica”.⁵³

O prefeito de Natal, Djalma Maranhão, com uma postura nacionalista, não concordou com a colaboração financeira dos americanos ao governo do Estado, e a partir de então começou a desintegrar a aliança política que havia entre ele e o governador Aluizio Alves, e o rompimento

⁵¹ LIMA, José Ayrton de. **Da brejeira ao rabo de palha: uma história dos governos do Rio Grande do Norte**. Natal: Cooperativa dos Jornalistas de Natal, 1986. p. 86.

⁵² GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**, p. 104.

⁵³ *Ibid.*, p. 60.

definitivo ocorreu nas eleições de 1962, quando o governador se negou a apoiar a candidatura de Djalma Maranhão para o Senado.⁵⁴

Diante da crise que afetava o país, o movimento grevista atingiu o Rio Grande do Norte, onde trabalhadores de várias categorias paralisavam suas atividades. Os trabalhadores da construção civil realizaram uma greve em maio de 1963, reivindicando melhores salários, tendo a sede do sindicato, no bairro do Alecrim, sido cercada pela Polícia Militar; no dia anterior já tinha ocorrido uma tentativa de paralisação na Fábrica Penedo, no bairro das Quintas, onde houve incidente entre grevistas e policiais militares.⁵⁵ Além dessas greves, também ocorreu uma passeata que se deslocou da sede do Sindicato dos Estivadores, na Ribeira, até a Praça Gentil Ferreira, no Alecrim, onde ocorreu um ato público. No campo também ocorreram vários movimentos sociais de luta pela terra, que tinham à frente os Sindicatos Rurais, como descreve José Willington Germano se referindo às manchetes publicadas no jornal *A Ordem*:

Basta ver algumas manchetes publicadas na época pelo aludido jornal: “Proprietários da Fazenda Lapa Expulsam Trabalhadores Rurais” (3 e 4-02-1962); “Trabalhador Rural e sua Família Vítimas da Polícia” (7 e 8-07-1962); [...] “Há Forças Organizadas para Destruir o Sindicalismo Rural” (09-02-1963); “O Delegado de Santo Antônio Ameaça de Prisão Trabalhadores Rurais Atendendo Pedido de um Proprietário” [...].⁵⁶

Das movimentações políticas que ocorreram em Natal em 1963, antecedendo o golpe militar que ocorreria no ano seguinte, a que teve maior repercussão foi o ato público do dia 05 de maio de 1963, promovido pelos nacionalistas, com participação de Leonel Brizola, o qual acusou o general Antônio Carlos Muricy, Comandante da guarnição das Forças Armadas em Natal, de “gorila” e “golpista”. O discurso teve repercussão nacional, sendo matéria de destaque nos grandes jornais da imprensa brasileira. Para José Willington Germano, “realmente, parece ter iniciado aqui o estopim que iria se alastrar e desaguar no Golpe Militar de 1964”.⁵⁷

⁵⁴ GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**, p. 59.

⁵⁵ A ORDEM, Natal, p. 5, 25 maio 1963.

⁵⁶ GERMANO, J. W. Op. cit, p. 35-36.

⁵⁷ Ibid., p. 96.

3 A POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE E A GREVE DE 1963

3.1 A crise na Polícia Militar

Em 1963, os policiais militares do Rio Grande do Norte, como aconteceu com outras categorias de trabalhadores, também foram atingidos com o problema da crise salarial que afetava o país.

Diante da situação, os policiais militares esperavam alguma providência por parte do então comandante da corporação, coronel Luciano Veras Saldanha, uma vez que, ao assumir o comando em 1961, nomeado pelo governador Aluizio Alves, ele disse em seu discurso que não comandaria uma tropa com fome, “porque uma tropa com fome a disciplina entra pela boca”.⁵⁸

O aumento salarial vinha sendo reivindicado pelos policiais militares desde que Aluizio Alves assumira o governo, porém alegava-se que ele não melhorava as condições salariais para o funcionalismo estadual porque não contava com a maioria dos deputados estaduais na Assembléia Legislativa. Após as eleições de 1962 Aluizio Alves passou a contar com a maioria dos deputados na Assembléia Legislativa, no entanto a situação salarial do funcionalismo público continuava crítica diante da inflação que assolava o país, pois quando recebiam um pequeno aumento salarial era em forma de abono, não dando para cobrir as suas necessidades.

No Quartel da Polícia Militar a situação era crítica com relação a alimentação dos policiais militares de serviço, foi necessário que os sargentos organizassem uma comissão e falassem com o coronel Luciano, para que fosse encontrada uma solução para o problema, tendo o comandante conseguido junto ao programa Aliança para o Progresso, gêneros alimentícios para abastecer o

⁵⁸ ROCHA, Júlio Ribeiro. *Cicatrizes*, p. 15.

rancho do quartel, que, para Júlio Ribeiro, eram de péssima qualidade, tanto o “bugol”, uma espécie de arroz para sopa, quanto o feijão.⁵⁹

A insatisfação crescia cada vez mais dentro da corporação, gerou desentendimentos entre o Comandante Geral e seus comandados, resultando, muitas vezes, em punições disciplinares. Alguns policiais militares, com apoio da Assistente Social da Polícia Militar, Maria das Dores Costa, que recebia, constantemente, reclamações de que soldados caíam de fome durante as instruções, criaram o “Grupo Renovador”, organizado com o objetivo de discutir os problemas que afetavam os policiais militares e seus familiares, como alimentação, salário, saúde, e levá-los ao conhecimento do Comandante da corporação.⁶⁰

O “Grupo Renovador” resolveu lançar um de seus membros, o sargento Gil Xavier de Lucena, como candidato à presidência do Clube dos Sargentos da Polícia Militar, o qual foi eleito.

No mês de julho de 1963, diante dos apelos dos policiais militares, a diretoria do Clube dos Sargentos da PM, sob a presidência do sargento Gil, redigiu um documento apresentando as reivindicações da categoria, e entregou ao Comandante Geral da PM, solicitando providências urgentes junto ao Governo do Estado, tendo o Comandante informado à diretoria do Clube que o governador iria estudar o caso.⁶¹ Diante do exposto, verifica-se que a cada dia aumentava a pressão dos policiais militares sobre o governo estadual, reivindicando melhores condições de vida para si e para seus familiares.

Em sessão extraordinária no dia 20 de agosto de 1963, o Clube dos Sargentos da PM aprovou e enviou por telegrama um manifesto de solidariedade à Polícia Militar do Piauí, que estava em greve por melhoria salarial, documento este publicado no jornal “Correio do Povo”, de propriedade de Dinarte Mariz.⁶² Essa comunicação telegráfica foi motivo de ameaça de prisão contra o sargento Gil.

⁵⁹ ROCHA, Júlio Ribeiro. *Cicatrizes*, p. 19.

⁶⁰ FERREIRA, José de Anchieta. *Histórias que não estão na história*. 2. ed. Natal: RN Gráfica e Editora. 1989. p. 176.

⁶¹ ROCHA, J. R. Op. cit., p. 20.

⁶² FERREIRA, J. de A. Op. cit., p. 176.

Os salários das praças da Polícia Militar do Rio Grande do Norte em 1963 eram os seguintes: Subtenente - Cr\$ 14.000,00; 1º Sargento - Cr\$ 12.400,00; 2º Sargento - Cr\$ 11.400,00; 3º Sargento - Cr\$ 10.400,00; Cabo - Cr\$ 8.600,00; e Soldado - Cr\$ 7.200,00. A Polícia Militar tinha um efetivo de 1.300 (mil e trezentos) homens, sendo 78 oficiais, 300 sargentos, e entre cabos e soldados, contabilizavam aproximadamente 1000 homens. O problema salarial na Polícia Militar era tão crítico, que não havia seleção para ingressar como soldado na corporação, sendo essencial que tivesse carteira de reservista. Para o oficialato da PM a situação também não era das melhores, pois naquele ano não estava funcionando o curso de oficial por falta de candidatos.⁶³

Os coronéis da PM também tinham motivos para estarem descontentes com o governador, pois com a Lei nº 1.416, de 1955, do governo Sílvio Pedroza, os seus vencimentos foram equiparados aos do Juiz de 1ª instância, e estabelecia tabela proporcional para os demais oficiais. O governador Aluizio Alves não cumpriu a referida Lei, pois em 1963, enquanto um Juiz de 1ª instância ganhava Cr\$ 60.000,00, um coronel da PM ganhava Cr\$ 37.000,00.

Pior era a situação do pessoal da reserva remunerada da PM (aposentados), pois do abono de emergência que Aluizio Alves pagava ao funcionalismo público, os aposentados só tinham direito a dois terços.

Diante do não atendimento às reivindicações dos policiais militares pelo governo estadual, o coronel Luciano, pressentindo sinais de anormalidades no seio da tropa, chamou o sargento Gil, para uma conversa, e tentou convencê-lo a desistir de apresentar novas reivindicações, chegando a lhe oferecer-lhe o curso de oficial sem exame de admissão, tendo o sargento Gil informado que não abriria mão das reivindicações, pois não poderia trair os demais sargentos.⁶⁴

Outro fato que repercutiu negativamente, não só no seio da tropa da Polícia Militar, como em outras corporações militares, foi a prisão do sargento Miguel Estelito de Souza, que era Delegado de

⁶³A ORDEM, Natal, p. 8, 7 set. 1963.

⁶⁴ROCHA, Júlio Ribeiro. *Cicatrizes*, p. 20.

Polícia da cidade de Montanhas-RN, e que por ser enfermeiro, também passou a exercer essa função no atendimento aos mais carentes daquela cidade, chegando ao ponto de ser cogitado para concorrer às eleições para prefeito local, por partido político de oposição ao governo do Estado. Ao tomar conhecimento do fato, Aluizio Alves mandou transferir o sargento Estelito para a Capital e puni-lo com trinta dias de prisão, tendo o graduado, no período que cumpria a punição, recebido no xadrez do quartel da Polícia Militar a visita de 23 sargentos da Aeronáutica, que vieram lhe prestar solidariedade, fato que não era comum e teve grande repercussão na tropa.

No dia 07 de setembro de 1963, o jornal católico “A Ordem”,⁶⁵ publicou uma matéria, em página completa, sobre a crise salarial na Polícia Militar do Rio Grande do Norte, cujo título da matéria era: “Fome e Humilhação na Polícia Militar”. Entre outras críticas, a matéria trazia no seu bojo:

O título não mente: na Polícia Militar há fome. Fome que precisa urgentemente ser saciada. Há chefes de família, com nove e dez filhos, ganhando pouco mais de sete mil cruzeiros. Dessa situação deriva uma série de problemas que ameaçam a própria corporação. É impossível manter e exigir de homens a quem não se paga nem ao menos o mínimo que a lei estipula, fidelidade às normas mais que a sua missão impõe. Os fatos falam mais do que as palavras: todos os dias há exclusões na Polícia Militar; o suborno é tentação irrecusável; freqüentemente o policial se transforma em policiado.⁶⁶

Essa matéria foi publicada no dia do desfile cívico militar em comemoração à Independência do Brasil, e teve grande repercussão no seio da tropa, e servindo como mais um estímulo para as reivindicações dos policiais militares.

Diante dos fatos aqui mencionados, observamos que os policiais militares do Rio Grande do Norte tinham motivos para as suas reivindicações, pois enfrentavam sérios problemas como a escassez de gêneros alimentícios no quartel, perseguição política e o pagamento de baixos salários,

⁶⁵ “A Ordem”, era um jornal de propriedade da Arquidiocese de Natal, que circulava no período em estudo e era publicado semanalmente. Defendia a sindicalização rural e combatia o comunismo, no entanto, criticava também o capitalismo. (GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**, p. 33).

⁶⁶ A ORDEM, Natal, p. 8, 7 set. 1963. (Veja-se Anexos 1 e 2).

esse sendo o mais grave, porque além de afetar o policial, também afetava os seus familiares, que ficavam privados das suas necessidades, como alimento, medicamentos e lazer.

Ao analisarmos os dados salariais da Polícia Militar, aqui mencionados, verificamos que aproximadamente mil policiais militares ganhavam menos de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), quando o salário mínimo da época era Cr\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos cruzeiros).⁶⁷ Fazendo uma comparação com os dias atuais, constatamos que é como se um soldado, por exemplo, ganhasse cerca de $\frac{3}{4}$ (três quarto) do salário mínimo, ou seja, R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais).

3.2 Aquartelamento da tropa - Greve deflagrada

No dia 10 de setembro de 1963, após analisarem a matéria sobre a crise na Polícia Militar, publicada três dias antes no jornal “A Ordem”, a Diretoria do Clube dos Sargentos, convocou todos os Sargentos e Subtenentes para uma assembléia geral extraordinária, que ocorreu às 20:00 horas daquele mesmo dia, na qual elaboraram um documento destinado ao governador, reivindicando um reajuste na ordem de 100% (cem por cento) de aumento salarial para a categoria. Nessa assembléia, também decidiram que entregariam o documento ao Comandante Geral da PM e aguardariam uma resposta do governo, aquartelados e com as atividades paradas.⁶⁸

Os sargentos não esperaram muito tempo para colocar em prática as decisões tomadas na assembléia, mesmo sabendo que aquelas atitudes contrariavam os regulamentos militares e poderiam trazer conseqüências drásticas não só para os que aderissem ao movimento, como para toda a corporação.

Logo na manhã do dia seguinte, 11 de setembro de 1963, ao chegarem ao quartel, os sargentos convocaram os cabos e soldados a se reunirem no refeitório destes, como também determinaram ao corneteiro que guardasse sua corneta e não desse o toque de formatura geral, no

⁶⁷A ORDEM, Natal, p. 5, 7 set. 1963.

⁶⁸A ORDEM, Natal, p. 8, 14 set. 1963.

que foram obedecidos, dando início a um clima de tensão e expectativa, uma vez que o Oficial-de-dia exigiu o toque de formatura e o cometeiro não cumpriu, preferindo a ordem dos sargentos, ficando caracterizado dessa forma, uma quebra de hierarquia e indisciplina. O coronel Luciano, Comandante Geral da PM, ao chegar no quartel, tomou conhecimento dos fatos e se dirigiu diretamente para o refeitório dos cabos e soldados, onde todos estavam reunidos. Ali o comandante recebeu das mãos do sargento Gil, presidente do Clube, o documento reivindicatório aprovado no dia anterior, que deveria ser encaminhado ao governador do Estado, porém não aprovou tal atitude e ameaçou os policiais presentes, fazendo com que aumentasse o clima de tensão, chegando os policiais mais exaltados a quererem expulsar o comandante do quartel, porém foram contidos pelos colegas.

Os sargentos temendo problemas mais graves, recolheram todo o armamento ao depósito de material bélico, tendo início naquele momento a greve da Polícia Militar.⁶⁹ Os policiais militares pararam suas atividades e em seguida começaram a recolher ao quartel aqueles que ainda estavam nas delegacias, na casa de detenção e na residência do Governador. A partir daí a hierarquia militar deixou de ser respeitada por alguns, gerando indisciplina.

Diante do exposto, verificamos que a situação caótica na Polícia Militar vinha aumentando a cada dia, aguardando apenas o momento propício ou mesmo um fato motivador para a deflagração da greve, e esse fato, podemos dizer que foi a publicação da matéria sobre a crise na Polícia Militar, publicada no jornal “A Ordem”, pois a publicação teve grande repercussão no seio da tropa, causando muita preocupação ao governo do Estado e ao comando da PM, inclusive, tendo este designado um oficial da corporação para apurar em Inquérito Policial Militar (IPM) quem teria fornecido os dados para a reportagem publicada.⁷⁰ Em nota do próprio jornal, publicada no dia 14

⁶⁹ FERREIRA, José de Anchieta. **Histórias que não estão na história**, p. 177.

⁷⁰ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 169, 10 set. 1963, p.1094.

de setembro de 1963, o órgão deixou claro que estava sendo acusado de ter contribuído para a deflagração da greve na Polícia Militar:

Não temos de que nos arrepender quanto à reportagem publicada em nosso número anterior sobre a situação da Polícia Militar. Fique bem claro. [...] Não pregamos o desprestígio da autoridade constituída. Em absoluto. Mas queremos que a própria autoridade se imponha pelo seu conjunto de atitudes e que nunca seja esquecida uma das maiores qualidades do governante e do político, qual seja a de saber escutar e com todos dialogar.⁷¹

Como aconteceu no movimento dos sargentos das Forças Armadas em Brasília, a greve da Polícia Militar do Rio Grande do Norte também recebeu apoio de partidos de esquerda e opositores ao governo, de sindicatos e outras instituições, conforme Júlio Ribeiro, então Sargento da Polícia Militar e um dos líderes do Movimento: “O mundo sindicalizado, deputados da oposição, instituições filantrópicas, associações e a comunidade em geral apresentaram solidariedade aos Sargentos. Clubes e sindicatos de outros Estados da Federação também mandaram telegrama apresentando solidariedade ao movimento grevista”.⁷² Júlio Ribeiro relata ainda que um dos indiciados no IPM (Inquérito Policial Militar) que apurou o movimento da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, foi o líder sindicalista Evlim Medeiros, que era membro do Partido Comunista Brasileiro e Dirigente do Comando Estadual dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte.⁷³

A greve da Polícia Militar do Estado, também recebeu apoio dos sargentos das Forças Armadas, principalmente dos sargentos da Aeronáutica sediados em Natal, tendo alguns participação indireta no movimento, realizando visita aos militares grevistas, colhendo donativos para os mesmos ou simplesmente prestando solidariedade moral, conforme relata Júlio Ribeiro: “Não eram 10 horas daquele dia 10, quando tivemos conhecimento de que um grupo de Sargentos da Aeronáutica havia se organizado em comissão e junto ao Programa Aliança para o Progresso conseguiu alimentos para

⁷¹ A ORDEM, Natal, p. 8, 14 set. 1963.

⁷² ROCHA, Júlio Ribeiro. *Cicatrizes*, p. 30.

⁷³ *Ibid.*, p. 56.

distribuir com as famílias dos policiais militares”.⁷⁴ Alguns desses sargentos da Aeronáutica, posteriormente, foram expulsos de sua corporação, pelo motivo de participarem do movimento reivindicatório da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. A assistente social da PM também fez seu trabalho assistencial junto aos familiares dos policiais, visitando suas residências, levando conforto, pedindo calma e tranquilidade a todos.

O governador Aluizio Alves ao tomar conhecimento da deflagração da greve na Polícia Militar, mandou alguns porta-vozes do seu governo ao quartel para tentar convencer os policiais a voltarem ao trabalho, os quais informavam que o governador iria estudar as possibilidades de conceder um aumento salarial para a categoria, porém segundo Júlio Ribeiro, os policiais militares estavam cansados de promessas e decidiram continuar aquartelados, com suas atividades paralisadas.⁷⁵

Ao consultarmos os arquivos da Polícia Militar, verificamos que não houve publicação de Boletins Diários no período de 11 a 16 de setembro de 1963, exatamente o período em que ocorreu a greve na corporação, portanto sendo constatado que também houve paralisação das atividades internas.

Para agravar ainda mais a situação na Polícia Militar, os oficiais resolveram apoiar os policiais grevistas e aderiram ao movimento. Outro que deu grande apoio aos grevistas foi o Padre Manoel Barbosa, Capelão da corporação. O general do Exército, Comandante Militar da Guarnição de Natal, mandou chamar em seu gabinete uma comissão de oficiais e outra de sargentos da Polícia Militar, com as quais tentou intermediar uma negociação salarial proposta pelo governador Aluizio Alves, porém não obteve êxito, pois os policiais não aceitaram a proposta do governo e resolveram manter a greve. Percebe-se então, que houve por parte do governo uma tentativa de resolver o problema, mas a proposta oferecida foi aquém da pretendida pelos grevistas, que queriam, de

⁷⁴ ROCHA, Júlio Ribeiro. *Cicatrizes*, p.31.

⁷⁵ *Ibid.*, p.31.

imediatamente, 100% de aumento salarial, enquanto a proposta do governo, segundo Júlio Ribeiro, “foi de 70% (setenta por cento) de aumento salarial, mas não de imediato, pois seria um caso a ser estudado posteriormente”.⁷⁶

Diante da insistência dos policiais militares em manter a greve, a segurança da cidade passou a ser exercida pelo Exército, nas ruas, e pela Polícia Civil, na Casa de Detenção e nas delegacias, portanto, a sociedade potiguar não ficou totalmente desprotegida durante a greve da Polícia Militar. Para Aluizio Alves, as consequências da greve não foram boas, pois aquela situação, politicamente, teve uma repercussão negativa e contribuiu para o seu desgaste junto à sociedade.

3.3 Ocupação do quartel pelo Exército e punição aos grevistas

No dia 11 de setembro de 1963, através do Ofício nº 315/CE, dirigido ao Comandante da Guarnição Militar de Natal, o governador Aluizio Alves solicitou que o Exército colocasse à disposição do Estado um efetivo necessário à normalização da situação, tendo em vista os policiais militares terem se rebelado, negando-se a comparecer à formatura regulamentar e abandonado todos os serviços dentro e fora do quartel.⁷⁷ O governador foi atendido e as Forças Armadas ocuparam os pontos estratégicos da cidade, e mais ainda, temendo que acontecesse em Natal o que aconteceu no movimento dos sargentos em Brasília, o Ministro da Guerra tomou medidas enérgicas, e determinou que o Exército ocupasse o quartel da Polícia Militar.

Os policiais militares aquartelados tomaram conhecimento, no dia 12 de setembro através de mensagem enviada por sargentos das Forças Armadas, que as suas corporações iriam cercar o quartel da Polícia Militar na madrugada daquele dia e depois ocupá-lo. Os grevistas se reuniram no interior do quartel e receberam orientação do capelão, padre Manoel Barbosa, para que

⁷⁶ ROCHA, Júlio Ribeiro. *Cicatrizes*, p.35.

⁷⁷ GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*, p. 64.

obedecessem e cumprissem todas as ordens vindas do Exército.⁷⁸ Diante do exposto, verificamos mais uma vez o apoio de alguns militares das Forças Armadas ao movimento grevista da Polícia Militar, os quais desde o início das reivindicações, se aproveitaram da crise salarial pela qual passava a Polícia Militar para incentivarem o movimento, porém com interesse político, como podemos ver na declaração da Assistente Social da PM, Maria das Dores Costa, quando fala sobre o Grupo Renovador da Polícia Militar: “Havia na cidade o Clube dos Marinheiros, que procurou entrar em contato com o nosso pessoal com interesse político. Enquanto isso, o clima no país foi se deteriorando com reflexo no quartel, e eu fui perdendo o controle sobre o nosso grupo”.⁷⁹

Pela madrugada as Forças Armadas cercaram o Quartel da Polícia Militar; aviões da Aeronáutica passaram a sobrevoá-lo em vôos rasantes. Através de alto-falantes, as famílias que moravam próximas ao quartel foram convidadas pelo Exército a abandonarem suas residências e se deslocarem para as proximidades do Aeroclube, causando pânico e revolta aos que ali residiam, por se verem obrigados a abandonarem suas casas em plena madrugada.

Quando amanheceu o quartel estava totalmente cercado pela tropa do Exército, armada de metralhadoras pesadas, obuses, carro de combate e canhões. A tropa da Marinha ocupou os bairros do Alecrim e Lagoa Seca, interditando o trânsito de veículos e pessoas que se deslocassem para a Cidade Alta, somente voltando à normalidade após a tomada do quartel.

Esses acontecimentos geraram muita preocupação e expectativa por parte da sociedade potiguar. O coronel Mendonça Lima, comandante da operação, informou aos grevistas que tinha ordem do Ministro da Guerra para bombardear o quartel se eles não se rendessem e resistissem, determinando, através de alto-falantes, que os aquartelados em 20 minutos entrassem em forma na avenida Rodrigues Alves, em frente ao quartel. A intimação foi atendida sem qualquer resistência, haja vista os Policiais Militares não quererem confronto nem violência, como podemos ver no jornal

⁷⁸ FERREIRA, José de Anchieta. **Histórias que não estão na história**, p. 178.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 176.

“A Ordem”, quando relata que o coronel Mendonça Lima ao pedir ao coronel Reinaldo, Subcomandante da PM, para entregar o armamento da corporação, recebeu como resposta a seguinte frase: “a nossa arma é a fome”, e os dois apertaram as mãos.⁸⁰ Quando a tropa do Exército entrou no quartel, encontrou todo o armamento trancado no depósito de material bélico, sinal de que era uma greve pacífica.

Por volta das 06:00 horas chegou ao quartel o comandante da Guarnição Militar no Estado, general Omar Emyr Chaves, que reuniu os oficiais e informou o nome daqueles que iriam ficar presos em suas residências, e os que iriam ficar presos no quartel, entre eles o capelão da PM, padre Manoel Barbosa, que foi chamado pelo general de mentiroso e traidor da Igreja. Também anunciou o nome dos sargentos e subtenentes que ficariam presos no quartel, incomunicáveis. Entre oficiais e sargentos ficaram presos vinte policiais, os demais foram dispensados por dez dias.⁸¹ Ao pesquisarmos no Arquivo Geral da Polícia Militar, verificamos que estava faltando o Boletim Diário Nº 171, de 18 de setembro de 1963, exatamente o que publicou as punições dos grevistas, no entanto conseguimos encontrar o Boletim Diário que publicou a liberdade dos mesmos, provando que, realmente, os grevistas haviam sido punidos, mesmo antes de qualquer apuração sobre o fato.⁸²

O padre Manuel Barbosa, capelão da PM, que também foi preso, recebeu, publicamente, apoio da Igreja Católica, conforme podemos comprovar através da Nota Oficial do Arcebispo, de 13 de setembro de 1963, assinada por Dom Eugênio de Araújo Sales, Administrador Apostólico de Natal:

É do conhecimento dos fieis desta Arquidiocese o lamentável acontecimento decorrido ultimamente nesta Capital, com reflexos no Interior, motivado pela greve da Polícia Militar e subsequente repressão. Como se acha entre os detidos o Capelão da referida corporação militar, padre Manuel Barbosa Vasconcelos, o Governo Arquidiocesano cumpre o dever de informar aos católicos que aprova sua atitude sacerdotal e sente-se honrado em contá-lo entre seus mais próximos e eficientes

⁸⁰ A ORDEM, Natal, p. 8, 14 set. 1963. (veja-se Anexo 3)

⁸¹ DIÁRIO DE NATAL, Natal, p. 2, 14 set. 1963.

⁸² BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 175, 24 set. 1963, p.1114.

colaboradores. Os termos descorteses com que foi tratado, frente à tropa, na manhã de hoje, não o atingem. Essa prisão e suas circunstâncias, embora provoquem indisfarçável mal estar entre os católicos, especialmente os da Paróquia de Santa Teresinha, devem ser estímulo à confiança nas forças do Espírito.⁸³

As notícias publicadas pela imprensa sobre a tomada do quartel, passaram a ser controladas pelas Forças Armadas, que reuniu a imprensa e pediu que os noticiários fossem meramente objetivos e tranquilos, a fim de manter a calma da população. Os órgãos de imprensa que não pretendiam cumprir as ordens da Força Armadas passaram a ser vigiados e perseguidos, como ocorreu com a rádio Rural e o jornal “A Ordem”, em cujas frentes dos prédios foram estacionadas cinco viaturas do Exército, com militares armados, que passaram a observar o movimento naqueles órgãos. A Polícia Civil chegou a invadir, na madrugada do dia 12 de setembro de 1963, a oficina do Jornal “Correio do Povo”, que era de propriedade de Dinarte Mariz, principal adversário político do governador Aluizio Alves, fazendo censura de matéria sobre a greve da PM, que seria publicada naquele jornal ao amanhecer. Essas atitudes do governo sofreram repúdio da Associação Norte-rio-grandense de Imprensa.⁸⁴ O governador Aluizio Alves ainda tentou fechar a Rádio Nordeste, também de propriedade de Dinarte Mariz, argumentando que a emissora estava divulgando notícias falsas de adesão à greve da Polícia Militar.⁸⁵ Verificamos também, que alguns jornais publicaram as notícias de acordo com a solicitação das Forças Armadas, o que pode ser constatado no teor de matéria publicada no jornal “Diário de Natal” sobre a ocupação do quartel da Polícia Militar:

Em meio à agitação que por muitas horas preocupou o natalense, pelo menos uma coisa exigia que fosse preservada: a autoridade. Com efeito, um povo que não deve respeito às autoridades legalmente constituídas, não se pode entender como necessariamente politizado. Para a preservação dessa autoridade, desse princípio de legitimidade do poder público, é que se viu o General Comandante da Sétima Região e da 7ª DI, esgotados todos os seus esforços no sentido de encontrar uma fórmula, sem risco da quebra da autoridade determinar uma operação militar de ocupação, imposta pelo dever sobretudo, de assegurar também à população natalense, a tranquilidade que ela vinha reclamando.⁸⁶

⁸³ A ORDEM, Natal, p. 8, 14 set. 1963. (Veja-se Anexo 4)

⁸⁴ Ibid., p. 8.

⁸⁵ GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**, p. 65.

⁸⁶ DIÁRIO DE NATAL, Natal, p. 2, 13 set. 1963. (Veja-se Anexo 5)

O que observamos através dos fatos relatados é que o Governo Estadual estava preocupado com o seu desgaste político, tentando encobrir o que realmente estava acontecendo com a Polícia Militar, para que a população que tinha lhe colocado no poder não tivesse uma imagem negativa do seu governo. Por outro lado, os adversários políticos do governador, aproveitando o episódio, tentavam jogar a opinião pública contra o mesmo, mostrando o que estava acontecendo, algumas vezes com certo sensacionalismo.

O governador Aluizio Alves, diante da pressão dos deputados de oposição e da classe empresarial, tendo em vista que a Polícia Militar continuava com suas atividades paradas, enviou para a Assembléia Legislativa, no dia 23 de setembro de 1963, mensagem de aumento salarial para os policiais militares e todo o funcionalismo estadual. No dia 15 de outubro de 1963, o Diário Oficial do Estado publicou a Lei Nº 2.963, de 12 de outubro daquele ano, que concedia ao funcionalismo civil e militar do Estado, aumento salarial em forma de *abono de emergência*, ficando o reajuste para a Polícia Militar discriminado nos seguintes percentuais: do Soldado ao Subtenente, 100%; do 2º Tenente ao Capitão, 80%; Major, 70%; do Tenente-Coronel ao Coronel, 50%; enquanto o aumento do funcionalismo civil ficou em torno de 60%. Verificamos que mesmo concedendo o reajuste salarial, pressionado pela greve da Polícia Militar, o governador continuou utilizando o artifício do “abono”, o qual de acordo com o Art. 3º da mencionada Lei, para nenhum efeito poderia ser incorporado ao vencimento, salário, proventos, pensão ou qualquer outra forma de estipêndio do servidor civil ou militar.⁸⁷ O que significava que a qualquer momento o governo poderia retirar o reajuste concedido.

O governo do Estado mandou instaurar um Inquérito Policial Militar para apurar os fatos que levaram ao movimento grevista na Polícia Militar e apontar os culpados.⁸⁸ O Parecer do inquérito, apontou como responsável pelo movimento grevista o comando da Polícia Militar, a Associação dos

⁸⁷ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 190, 15 out. 1963, p.1164 a 1165.

⁸⁸ DIÁRIO DE NATAL, Natal, p. 2, 13 set. 1963.

Subtenentes e Sargentos, o Capelão da PM, o Grupo Renovador, 175 Subtenentes e Sargentos, algumas entidades civis que prestaram solidariedade ao movimento, a Assistente Social - Maria das Dores Costa, o líder sindical Evlim Medeiros, o então deputado Floriano Bezerra de Araújo, alguns militares das Forças Armadas, entre outros.⁸⁹

Mesmo antes da conclusão do IPM, o governador começou a punir os envolvidos no movimento grevista através de medidas administrativas, pelas quais transferiu alguns oficiais que exerciam funções importantes dentro da corporação. Substituiu o Comandante Geral da PM, coronel Luciano Veras Saldanha pelo Coronel Sílvio Ferreira da Silva.⁹⁰ Transferiu o Diretor do Hospital da PM, capitão Pedro Germano da Costa, para o Instituto de Medicina Legal, acusando-o de ser um dos principais líderes do movimento, o qual somente retornou ao Hospital da Polícia Militar em junho de 1964, sob determinação judicial.⁹¹

As punições do governo aos grevistas continuaram. No dia 14 de fevereiro de 1964 foi publicada a solução do Inquérito que apurou a participação dos policiais no movimento da PM, resultando na expulsão da corporação de 10 sargentos, entre eles o sargento Gil Xavier de Lucena, que era o presidente da Associação dos Sargentos; 122 prisões de sargentos e subtenentes, dentre eles o sargento PM Júlio Ribeiro da Rocha, autor do livro *Cicatrices*, que foi utilizado nesta pesquisa; e prisão de um Oficial.

A solução do IPM ainda recomendou o afastamento da Assistente Social da Polícia Militar, apontada como uma das responsáveis pelo movimento.⁹² A exoneração da Assistente Social foi publicada no Diário Oficial do dia 19 de março de 1964, e que causou grande revolta entre os militares e seus colegas de profissão, que lhe apoiaram e expressaram, publicamente, contrários à sua demissão da Polícia Militar.⁹³

⁸⁹ ROCHA, Júlio Ribeiro. *Cicatrices*, p.56.

⁹⁰ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 179, 30 set. 1963, p.1125.

⁹¹ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 106, 10 jun. 1964, p.808.

⁹² BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 29, 14 fev. 1964, p.223-225.

⁹³ A ORDEM, Natal, p. 8, 28 mai. 1964.

Como podemos observar, as conseqüências do movimento grevista não foram satisfatórias para os sargentos nem para aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a deflagração da greve, principalmente, para aqueles que foram expulsos da corporação, pois se antes da greve estavam passando por dificuldades financeiras por receberem baixo salário, com a expulsão a situação iria se agravar mais ainda, tanto para eles como para seus familiares.

Alguns dos sargentos que foram expulsos em conseqüência da greve, conseguiram retornar aos quadros da Polícia Militar quarenta anos depois, mediante decisões judiciais, baseadas no Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, que trata da concessão de anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação, exclusivamente, política. Como exemplo temos os casos dos sargentos Gil Xavier de Lucena, Miguel Estelito de Souza e Cícero Martins Castro, que foram reincorporados à Polícia Militar.⁹⁴

O governador Aluizio Alves não se conformou somente com essas punições aplicadas aos grevistas. Aproveitou a deflagração do golpe militar de 1964, e decretou em abril daquele ano, um Ato Institucional, através do Decreto Estadual Nº 4.224, pelo qual ele poderia punir qualquer servidor público envolvido em atos “subversivos” ou “antinacionais”,⁹⁵ ou seja, que ele considerasse que estava contra a sua administração. Com base nesse Ato Institucional, Aluizio Alves instaurou no âmbito do governo estadual um IPM para apurar a subversão e corrupção no Rio Grande do Norte, em cujo Inquérito, foram ouvidos por serem acusados de “subversivos”, os líderes do movimento grevista da Polícia Militar, Júlio Ribeiro da Rocha, que continuava na corporação; Miguel Estelito de Souza; e Gil Xavier de Lucena, esses dois últimos já tinham sido expulsos da corporação, porém nada foi comprovado contra os mesmos na apuração do IPM.⁹⁶

⁹⁴ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 149, 11 ago. 2004, p. 1784-1785.

⁹⁵ DIÁRIO OFICIAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, p. 1, 24 abr. 1964.

⁹⁶ ROCHA, Júlio Ribeiro. *Cicatrizes*, p.62.

Outra forma que o governador encontrou para punir os funcionários estaduais, que não estavam de acordo com a sua administração, foi transferi-los, tanto civis como militares, para outras cidades, por diversas vezes, em pouco espaço de tempo, não dando oportunidade para que os mesmos se estabilizassem. Como exemplo disso temos o caso do fiscal de rendas João de Balelê, líder político em Santa Cruz-RN, que segundo Dinarte Mariz, foi transferido 52 vezes de uma coletoria para outra.⁹⁷ Outro exemplo foi o caso do sargento Júlio Ribeiro da Rocha, que segundo ele, foi transferido, por perseguição, para ser delegado no interior mesmo estando doente e de licença para tratamento de saúde, e que quando estava se adaptando em uma cidade era transferido para outra.⁹⁸

Diante do exposto, observamos que o governo Aluizio Alves desenvolveu grande perseguição aos que tentaram de alguma forma prejudicar a sua administração, mesmo que tivessem razão em suas reivindicações. X

⁹⁷ GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**, p. 62.

⁹⁸ ROCHA, Júlio Ribeiro. **Cicatrizes**, p. 62

CONCLUSÃO

O estudo permitiu verificar que o baixo salário pago aos policiais militares pelo governo do Estado foi a principal causa da deflagração da greve, porém, influenciados por outros movimentos que ocorriam no país e com apoio indireto, de opositores do governo, que aproveitaram a crise salarial porque passava a corporação para, de alguma forma, incentivar a deflagração da greve e através desta, alcançar seus objetivos de desgaste político do governo.

Verificamos que logo após a deflagração da greve, a Polícia Civil passou a fazer a segurança da Casa de Detenção e das delegacias, e as Forças Armadas, quando foram convocadas pelo governador Aluizio Alves, passaram a executar o policiamento ostensivo, e dominaram o quartel da Polícia Militar, após ameaça de bombardeá-lo. Dessa forma é coerente afirmar que a greve da PM não trouxe conseqüências drásticas para a sociedade potiguar no que se refere a falta de segurança nas ruas, no entanto, as pessoas que residiam no bairro de Tirol, próximo ao quartel da Polícia Militar, passaram por dificuldades momentâneas, quando tiveram que abandonar suas casas em plena madrugada, diante das ameaças de bombardeamento daquela unidade militar.

Ficou constatado na pesquisa que, para alguns policiais militares e seus familiares, as conseqüências do movimento reivindicatório foram graves, uma vez que após a dominação do quartel pelas Forças Armadas, os líderes do movimento permaneceram presos, longe de seus familiares, sendo após alguns meses expulsos da corporação, agravando-se mais ainda a sua situação financeira. Aqueles que não foram expulsos passaram a ser perseguidos pelo governo, sendo transferidos para outras funções ou para outras cidades.

Observamos que João Goulart, em outubro de 1963, tentou decretar estado de sítio em todo território nacional, com a justificativa de que necessitava de poderes especiais para conter os movimentos que estavam ocorrendo no país, classificados como "guerra civil", colocando em perigo a ordem pública, explicitando algumas situações, como manifestações coletivas de indisciplina nas

polícias militares de alguns estados; sublevação de graduados e soldados, que colocavam em risco a disciplina e hierarquia militares.

O estado de sítio não foi deflagrado, no entanto, serviu para despertar nos opositores de João Goulart a desconfiança de que ele queria dar um golpe para permanecer no poder, sendo este, um dos motivos alegados pelos militares para o golpe, alguns meses depois.

Dessa forma ficou evidenciado que, mesmo indiretamente, os movimentos militares ocorridos em 1963 no país, entre os quais podemos incluir o da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, contribuíram para aumentar o clima de tensão que deflagrou o golpe militar em abril do ano seguinte.

FONTES

a) Boletins Diário:

BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, n. 175, 24 set. 1963.

BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, n. 179, 30 set. 1963.

BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, n. 190, 15 out. 1963.

BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, n. 29, 14 fev. 1964.

BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, n. 106, 10 jun. 1964.

BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, n. 149, 11 ago. 2004.

b) Jornais:

DIÁRIO DE NATAL, Natal, p. 2, 13 set. 1963.

DIÁRIO DE NATAL, Natal, p. 2, 14 set. 1963.

DIÁRIO OFICIAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, 24 abr. 1964.

A ORDEM, Natal, p. 8, 7 set. 1963.

A ORDEM, Natal, p. 8, 14 set. 1963.

A ORDEM, Natal, p. 8, 28 mai. 1964.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/civil_03/Constituicao/Constituicao34>. Acesso em: 20 set. 2004.

BBRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/civil_03/Constituicao/Constituicao46>. Acesso em: 16 set. 2004.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983. Altera o Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, que reorganiza as Polícia Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2010>. Acesso em: 26 out. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira: Tomo III, O Brasil Republicano, Sociedade e Instituições (1889-1930)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. v. 2, cap. 5.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado – ação, política, poder e golpe de classe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, José de Anchieta. **Histórias que não estão na história**. 2. ed. Natal: RN Gráfica e Editora, 1989.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

LIMA, José Ayrton de. **Da brejeira ao rabo de palha: uma história dos governos do Rio Grande do Norte**. Natal: Cooperativa dos Jornalistas de Natal, 1986.

MELO, Célia Maria Lins de. **Reflexos do tenentismo no movimento armado de 1935: Polícia Militar do Rio Grande do Norte – resistência e glória**. 2001. 40 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

MORAIS, Denis de. **A esquerda e o golpe de 64**, 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A intentona Comunista, ou a construção de uma legenda negra. **Tempo**, Rio de Janeiro: Sette Letras, v. 7, n. 13. 26 mar. 2004. p.189-209. Disponível em: <<http://www.universiabrasil.net/materia>>. Acesso em: 19 nov. 2004.

ROCHA, Júlio Ribeiro. **Cicatrices**. Natal: [s.n.], 1982.

SILVA, Hélio. **A fuga de João Goulart: 1962-1963**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SILVA, José Walterler dos Santos (Org.). **Coletânea de legislação da polícia militar do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: [s.n.], 2000.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Aluízio Alves: populismo nos anos 60**. 2003. 200 f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

VIEIRA, Evaldo. **A república brasileira: 1964-1984**. 10 ed. São Paulo: Moderna, 1991.

WANDERLEY, Rômulo C. **História do batalhão de segurança**. Natal: W. Pereira. 1969.

ANEXO 1

Fome e Humilhação na Potência



A ORDEM

Morte de mons. Paulo enlatou o Rio G. Norte



ALDORE AMORIM CAMPONILEZ A VIZ



...a situação de fome e humilhação na potência...

HOJE Imponente desfile militar nas ruas de Natal

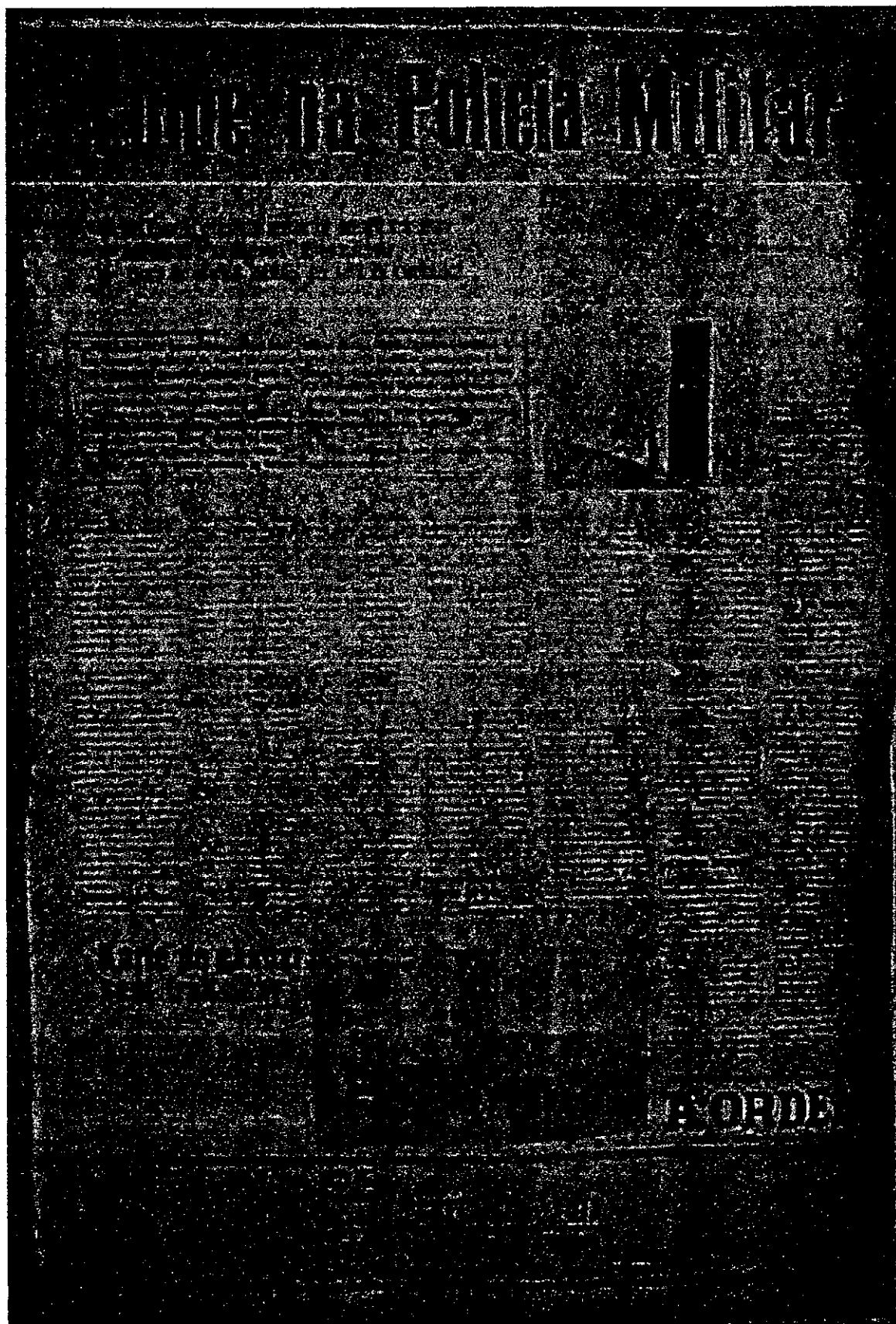
— Ler página 4

No dia da Independência

...no dia da independência...

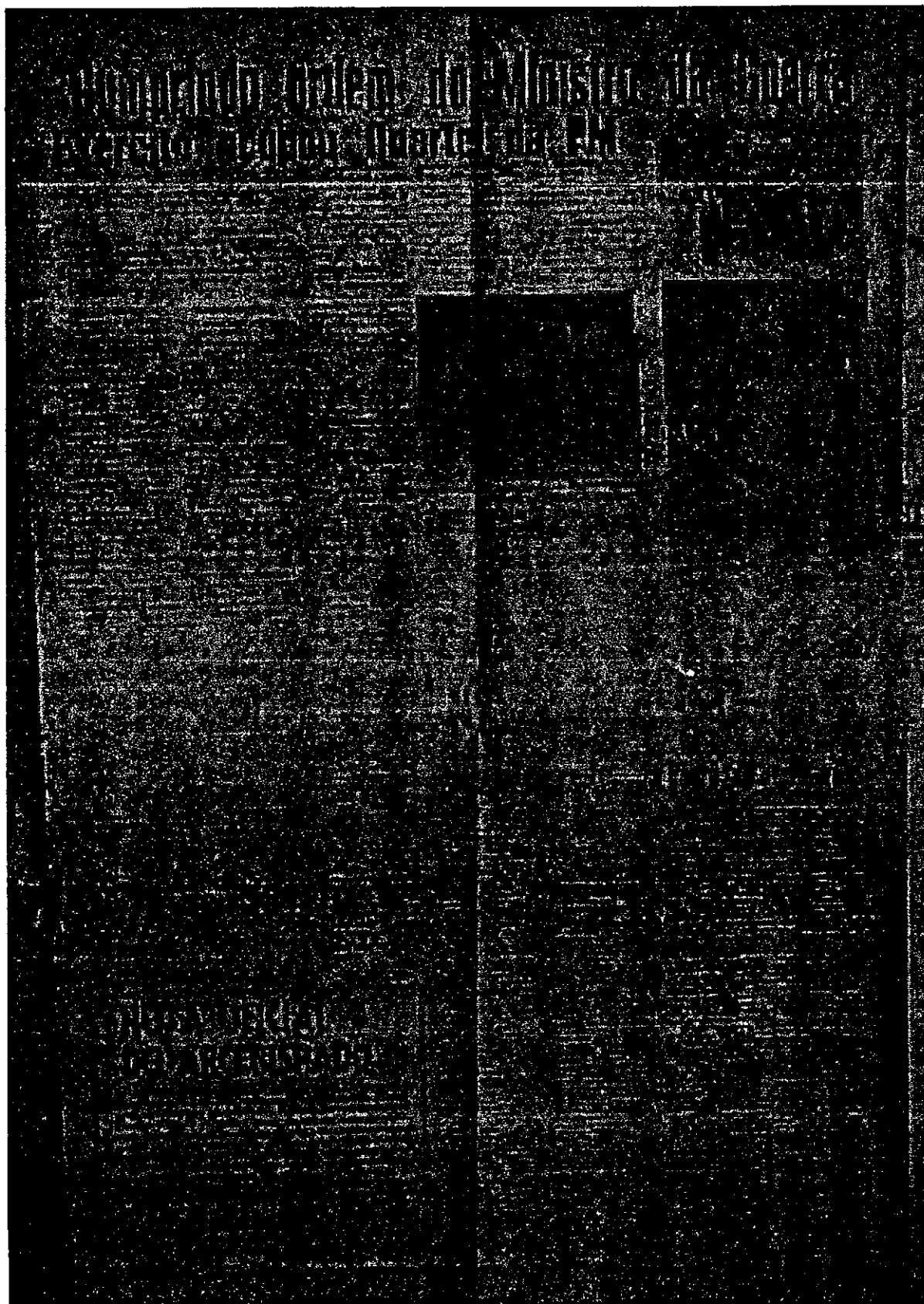
Temperatura americana...

ANEXO 2



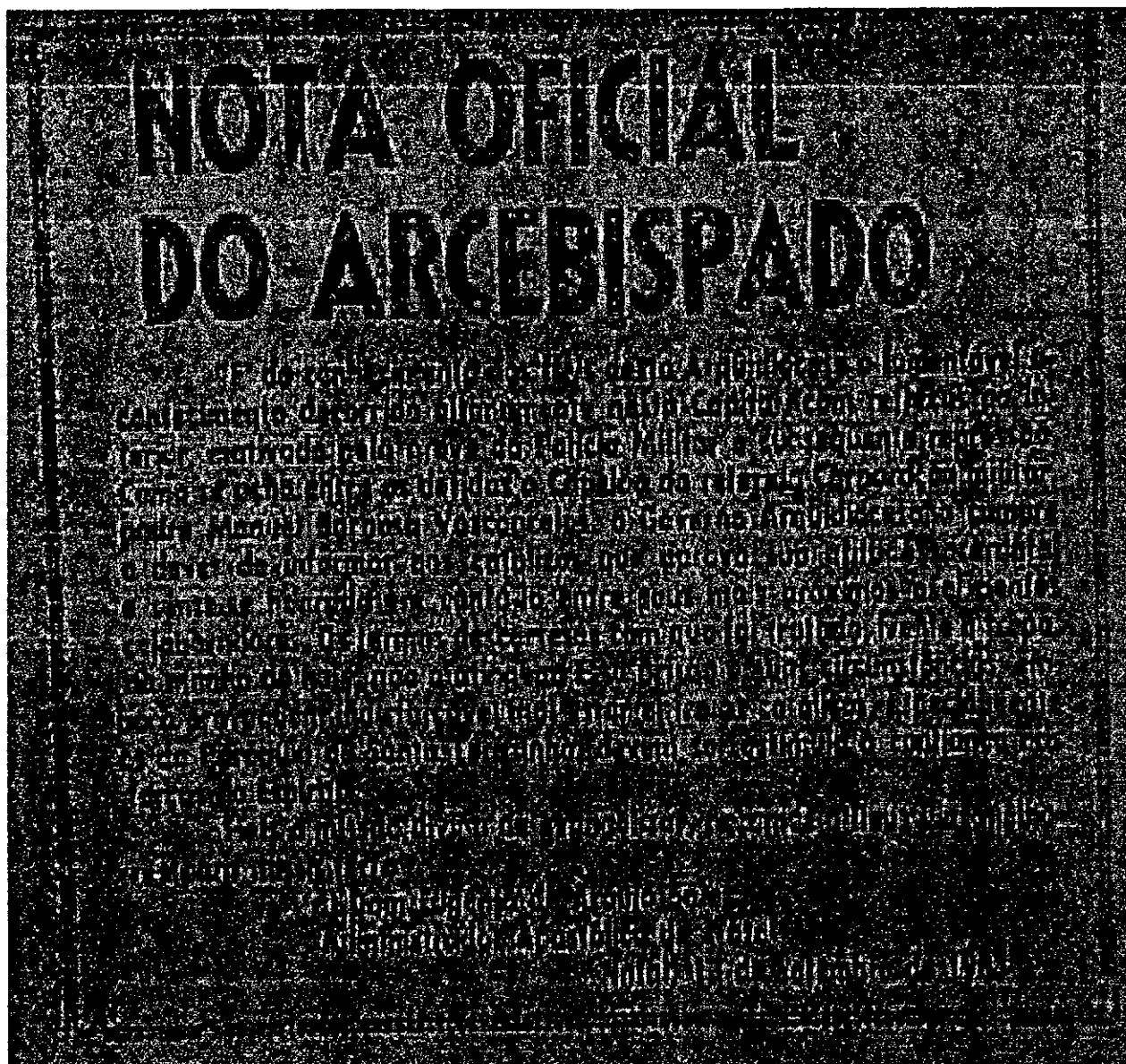
Jornal "A Ordem", de 07 de setembro de 1963

ANEXO 3



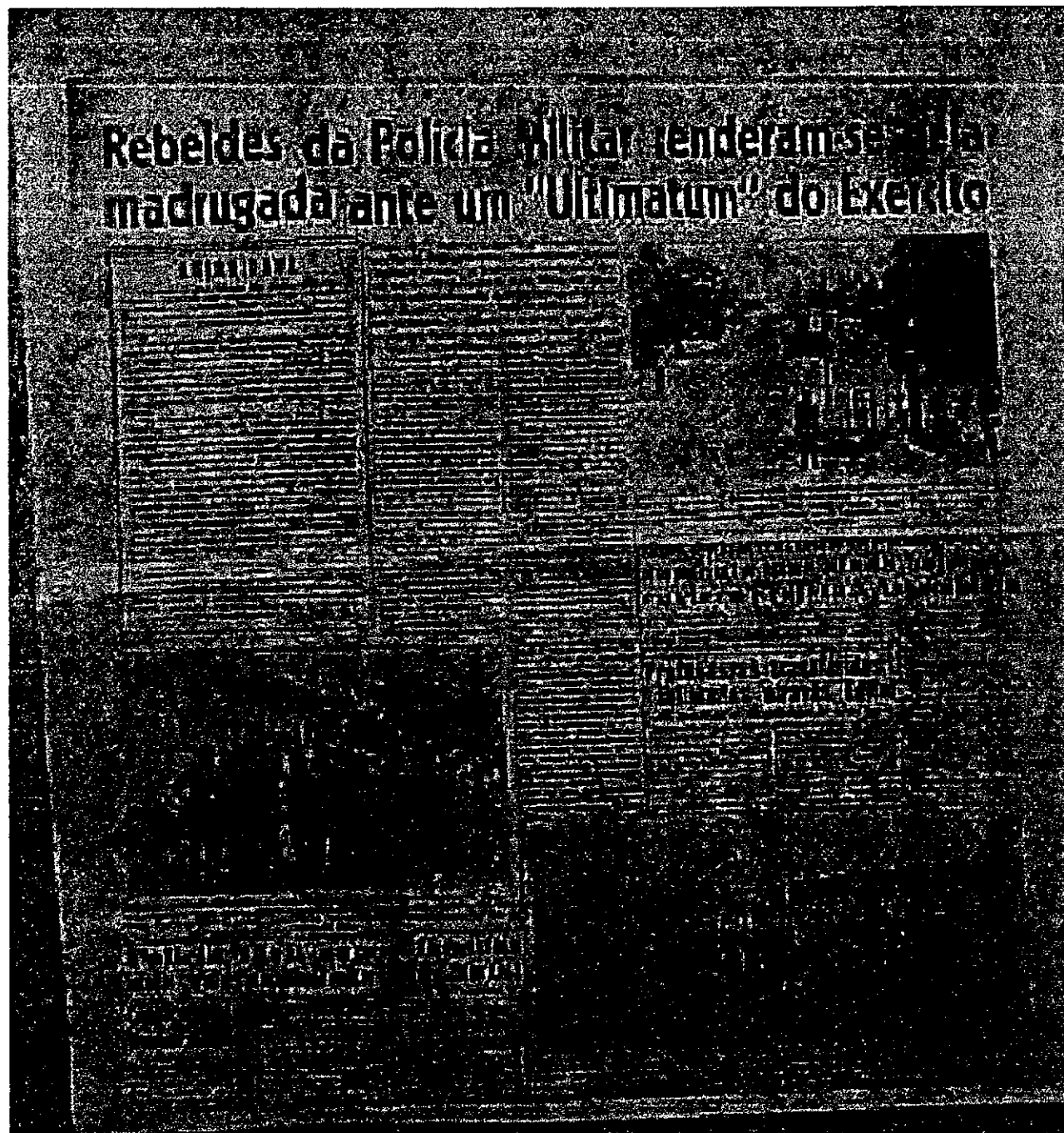
Jornal "A Ordem", de 14 de setembro de 1963

ANEXO 4



Nota Oficial do Arcebispado de Natal, publicada no Jornal "A Ordem", de 14 de setembro de 1963

ANEXO 5



Diário de Natal, de 13 de setembro de 1963

ANEXO 6

**Fotografia do Quartel da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, após a
rendição dos grevistas, no dia 13 de setembro de 1963.**

ANEXO 7



Instaurado Inquerito Militar na Polícia para descobrir os líderes da greve

A ORDEM

Posições claras

O inquerito militar instaurado na Polícia para descobrir os líderes da greve dos policiais, revelou posições claras de alguns dos envolvidos. Segundo fontes próximas ao caso, a investigação está avançando rapidamente e já foram identificados vários nomes que podem ter desempenhado papéis importantes na organização do movimento.

A ordem de instauração do inquerito foi dada pelo Comandante em Chefe das Forças Armadas, General Olímpio Mourão Filho, após a declaração de greve dos policiais em 14 de setembro de 1963. O objetivo principal da operação é apurar a autoria e a liderança do ato de insubordinação.

Entre os nomes mencionados, destacam-se alguns oficiais e militares que foram vistos em reuniões e locais suspeitos de serem pontos de encontro dos líderes da greve. A imprensa tem reportado sobre a prisão de alguns indivíduos e a realização de interrogatórios extenuantes.

A situação política do país está tensa devido ao conflito entre o governo e os setores militares e policiais. A greve dos policiais, que representa uma parcela significativa da população, tem causado sérios transtornos administrativos e de segurança pública.

Obtenção de reivindicações só pelo Poder Legislativo

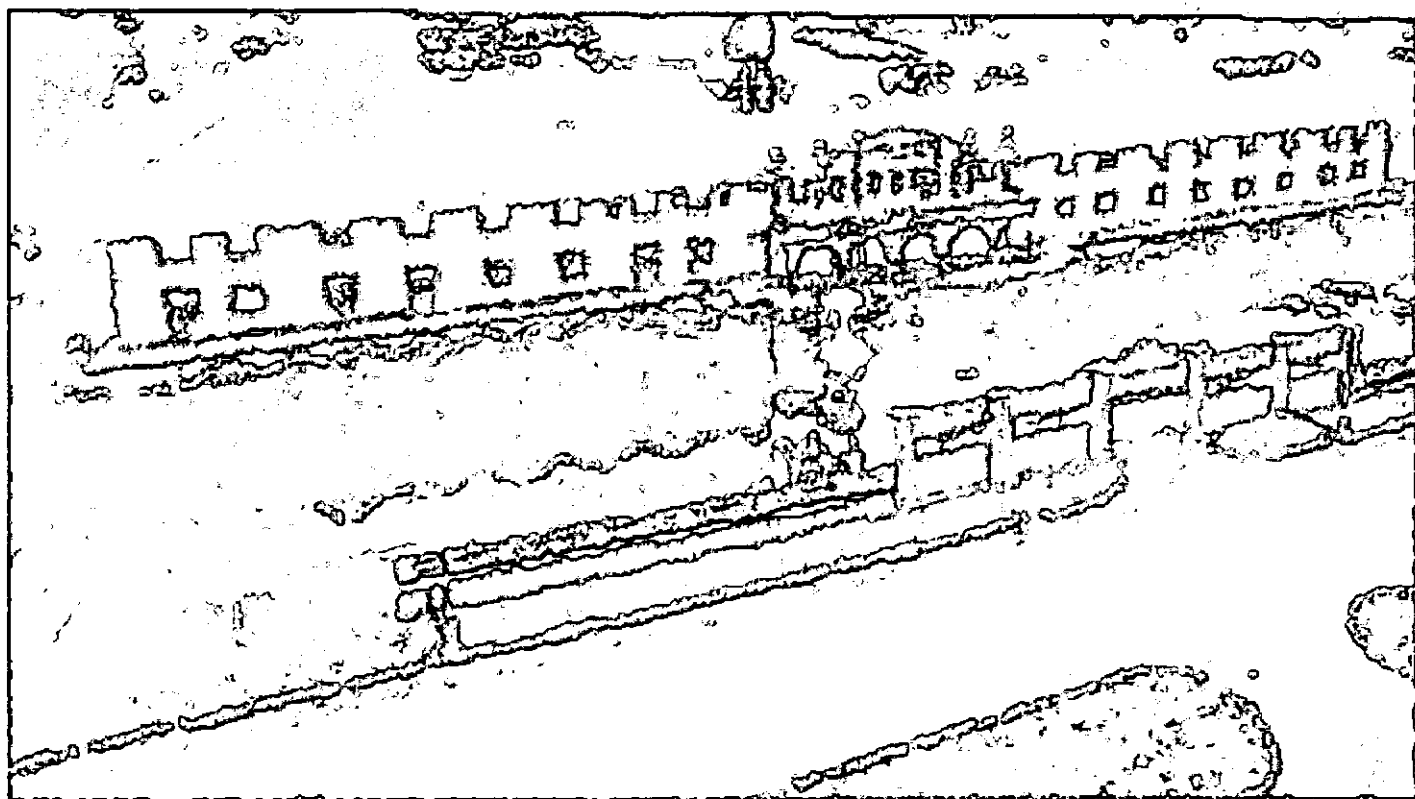
A reivindicação dos policiais por melhores condições de trabalho e salários só poderá ser atendida através do Poder Legislativo, afirmaram autoridades militares. Segundo o comando, o governo não tem competência para conceder tais benefícios, sendo necessário que o Congresso Nacional tome a decisão final.

Esta posição demonstra a falta de flexibilidade do governo em negociar com os grevistas, reforçando a ideia de que a solução para o conflito deve vir de cima, através dos representantes eleitos pelo povo.

Paulo Afonso transforma o PCN

— Reportagem de [illegible]

Jornal "A Ordem", de 14 de setembro de 1963

ANEXO 8

Fachada Principal do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, na atualidade